

CIBEC/INEP



B0010299

IMAGENS DO MEC, EDITORIAIS DA IMPRENSA

1ª SÉRIE

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

014:354.32 (81)

i

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Presidente da República Federativa do Brasil
João Figueiredo

Ministro da Educação e Cultura
Eduardo Portella

***IMAGENS DO
MEC,
EDITORIAIS
DA IMPRENSA***

1ª SÉRIE

B823i Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Gabinete do Ministro. Imagens do MEC, editoriais da imprensa. Brasília, MEC/DDD, 1980.

104p. (1ª série)

1. Noticiário - Brasil. Ministério da Educação e Cultura. I. Portella, Eduardo. II. Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Documentação e Divulgação. III. Série. IV. Título.

CDU 047.5354.32

***IMAGENS
DO MEC,
EDITORIAIS
DA IMPRENSA***
1ª SERIE

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

 Departamento de Documentação e Divulgação
Brasília, DF - 1980

Ministério da Educação e Cultura Departamento
de Documentação e Divulgação Esplanada dos
Ministérios — Bloco "L" — Térreo 70.040 _
Brasília - DF

Impresso
Apex Gráfica e Editora Ltda.
Rua Marques de Oliveira, 459
Rio de Janeiro - RJ

Razão de ser

Reúnem-se aqui alguns editoriais de diferentes jornais brasileiros, que explicitam e difundem as posições do MEC na palavra do Ministro EDUARDO PORTELLA, ao mesmo tempo em que alargam perspectivas de compreensão.

Tornou-se um conjunto de textos, possivelmente útil para discussões e debates no horizonte vivo da educação e da cultura.

SUMARIO

O futuro ministro e a educação	9
Educação para todos	12
Educação e reencontro	14
Redefinição	16
Sereias universitárias	17
Vias de representação	19
Sem hostilidade	21
Efeitos da censura	22
Confronto de idéias	24
Os professores cassados	26
Novas responsabilidades do MEC.....	28
A crise do ensino e seus efeitos políticos	30
Pés no chão	33
A inteligência e o desenvolvimento	35
Por um ensino democratizado	37
Correção de rumo	38
Ensino superior	40
Começo de conversa	42
Programa do livro	44
A coragem do ministro	46
Cultura e educação	48
Crepúsculo mental	50
Hora do professor	51
O desafio da viabilidade	52
O ensino rural	54
Mito universitário	56
Universidade e mito.....	58
Formação de professores	60
Errado na base	62
O desafio da educação	64
Segredo aberto	66
Universidade e democracia	68
A cultura e o aval ao governo	70

O espaço liberal	72
Pro-memória	74
A criança é o objetivo	76
Esperança de solução.....	78
Profissões em crise.....	80
Desemprego, a herança de um sistema	81
Imagem	83
Reorientação	84
Patrimônio vivo	86
O saber e o condicionar-se	88
O novo vestibular	90
Fraudes no ensino	92
A queda do ensino	94
Seriedade imprescindível	96
Nova ordem, novo ensino	98
Queda de barreiras.....	99
Reforma do vestibular	101
Melhor vestibular	103

O FUTURO MINISTRO E A EDUCAÇÃO

O que se deve, antes de tudo, ressaltar na entrevista que nos concedeu o futuro Ministro da Educação, Prof. Eduardo Portella, e que publicamos em nossa edição de domingo último, é a agudeza e a agilidade mental do entrevistado, o que talvez pressagie melhores tempos para a educação nacional. O Prof. Eduardo Portella é um intelectual que se vem distinguindo pela sua produção crítica nos domínios da literatura: por esse motivo, houve quem objetasse contra a sua escolha para ministro, preferindo alguém que fosse, especificamente, técnico em problemas educacionais. Ora, essa objeção, certamente, não procede, pois o fato de ser alguém um teórico ou um prático da Pedagogia não representa, por si só, garantia de bom desempenho na Pasta da Educação e Cultura. A nível estadual, por exemplo, o Secretário da Educação do governo que ora finda. José Bonifácio Coutinho Nogueira, empresário e político, no bom sentido da expressão, realizou a mais notável obra de que temos conhecimento, nos últimos anos, no setor que tão bem chefiou. Nem empresário nem político, o futuro ministro revela algumas qualidades semelhantes às do secretário, como a imaginação e a ousadia das idéias, além da acertada escolha de seus auxiliares, como o seu assessor especial, o diretor do Departamento de Assuntos Universitários e o Secretário-Geral do Ministério, dos quais temos referências altamente positivas. Houve um momento, nas especulações relativas à formação do Ministério do General Figueiredo, em que se disse que o Ministro da Educação seria o senador Petrônio Portella. Entretanto, parafraseando uma das ágeis respostas do futuro ministro a sua entrevistadora, foi o Portella certo quem acabou designado para o Ministério certo.

Mas, voltando à entrevista que divulgamos, devemos, agora, pôr em relevo cinco pontos que nos parecem os essenciais. O primeiro, que o futuro ministro já mencionara em outra oportunidade, é a prioridade a conceder-se ao ensino fundamental. Na verdade — e esta foi sempre a posição defendida por esta folha —, o crescimento do sistema de ensino deve ser equilibrado, com os seus diversos níveis merecendo igual atenção. Entretanto, como o nosso sistema vem crescendo

de maneira fortemente desequilibrada, em prejuízo do ensino de 1º grau, tratá-lo agora prioritariamente não significa desconsideração pelo ensino superior, como estariam temendo alguns reitores, mas tão-somente a correção necessária de uma séria distorção. Em conexão com a escolha dessa prioridade, cabe ressaltar — é o segundo ponto — a clara consciência da necessidade de uma articulação interministerial para enfrentar-se adequadamente o problema. De fato, um programa de educação não se esgota na área estrita do ensino, envolvendo problemas afetos aos Ministérios da Saúde, do Trabalho e, acrescentemos, do Planejamento e da Fazenda. Sem essa articulação de esforços, que o futuro ministro acentua e propõe, o muito que se faça será pouco — e é muitíssimo aquilo de que necessitamos.

De igual importância é o decidido reconhecimento de uma imperiosa e inadiável descentralização do ensino, exigida pela "heterogeneidade do processo cultural brasileiro". uma política cultural ou pedagógica adequada ao Acre ou ao Piauí não servirá, certamente, para o Grande Rio ou para a Grande São Paulo: nunca se deve "pressupor a realidade, mas partir da realidade". É exatamente o que não se vem fazendo, com a invenção de modelos, que são verdadeiras camisas-de-força, impostos do deserto de Brasília para todo o território nacional. Aliás, sem essa descentralização seria impossível influir na desburocratização da estrutura formal do ensino, que o futuro ministro com razão reclama.

Em quarto lugar, com a mesma ou até maior importância, vem o desafio que o Prof. Eduardo Portella se dispõe a aceitar: trata-se do problema da qualidade do nosso ensino, cada vez mais deteriorada pela preocupação quase insana com o seu crescimento. Desde a "era Passarinho" que tudo o que conta — especialmente no ensino superior — é a quantidade: já é mais do que tempo de pôr de lado a demagógica oferta de "universidade para todos", com o mínimo possível de dispêndio para o Estado e com o conseqüente incentivo para a criação, por particulares, de "faculdades" em que a perfeição da contabilidade está na razão inversa da seriedade do ensino.

O quinto ponto a merecer realce diz respeito ao problema da pós-graduação, que já se vai também massificando e sofrendo um processo de deterioração crescente. É preciso curar a 'paranóia generalizada' de que está sofrendo o País nesse domínio, a fim de impedir que a pós-graduação — que se deveria sempre ligar à pesquisa e à criação — se transforme num simples "ensino de 4º grau", que não conduz a lugar algum. É verdade que não cabe ao Ministro fechar cursos assim chamados de "pós-graduação" e que sequer atingem o nível de graduação: sua influência para que isso aconteça, entretanto, é obviamente considerável.

Outros pontos, como o da política de cultura, o da profissionalização do 2º grau, o do esmagamento da universidade, poderiam ainda ser ressaltados. Cremos, contudo, que aqueles que comentamos podem dar uma idéia da orientação e dos propósitos do futuro ministro. De nossa parte, acompanharemos de perto sua atuação, com a disposição de apoiá-lo sempre que se mantiver fiel, não digamos ao programa, mas ao sonho que ele carrega para o Ministério da Educação e Cultura.

EDUCAÇÃO PARA TODOS

O futuro ministro da Educação, professor Eduardo Portella, em seus pronunciamentos, já definiu alguns princípios que serão formalizados em programas que desenvolverá em sua gestão. Pretende, como tarefa básica, universalizar compulsoriamente o ensino de 1º grau e profissionalizar, tanto quanto possível, o de 2º grau, além de democratizar a informação cultural e ministrar uma educação adequada ao ensino superior. Admite que o ensino de 2º grau seja "como uma estação terminal e não necessariamente como um estágio que conduz à universidade e, por sua vez, procurar que essa universidade menos sobrecarregada desempenhe mais adequadamente as suas funções". Para conseguir a universalização compulsória do 1º grau preconiza uma intercomunicação permanente entre o sistema federal e os sistemas municipais, que "pode ser altamente produtiva, seja ao nível de eventuais investimentos, seja ao nível de uma cobertura técnica". Com isso espera conseguir que o máximo, senão a totalidade das crianças, seja matriculado gratuitamente. Os levantamentos procedidos revelam que a concentração de escolas de 1º e 2º graus nos centros urbanos é muito alta: o ensino obrigatório de oito anos ainda não foi estendido à toda zona rural, que se resente de um sistema educacional dimensionado de acordo com suas necessidades. O segundo grau não enfrenta problemas menores. A ele chegam apenas 10 por cento dos estudantes do nível fundamental, o que explica a falta de mão-de-obra de nível médio no País. Esta deficiência foi levada em conta ao ser criado o sistema de habilitações profissionalizantes — "apenas o sistema não levou em conta as condições materiais das escolas brasileiras, que impedem a implantação de um tipo de educação que requer equipamentos caros". As estatísticas revelam uma situação peculiar em que se encontra o ensino brasileiro, pois gradualmente caminhamos para o oferecimento de maior número de vagas nos cursos superiores do que nos cursos de nível médio. Assim, em 1968, para cada vaga no ensino superior havia duas conclusões no ensino médio; em 1967, havia 1,1 conclusões para cada vaga no vestibular. Atualmente, o índice de conclusões no segundo grau já deve ser inferior ao de vagas oferecidas nas universidades. Há ainda um ponto a destacar no pronunciamento re-

Folha de Tarde – RS, 12/3/79.

centemente feito pelo futuro titular da Pasta da Educação. Referindo-se ao projeto cultural que desenvolverá, disse que será um projeto abrangente, com duas peças: a da educação e a da cultura. Discorda da separação às vezes comprometedora de educação e cultura, pois "a educação é um mecanismo de transmissão cultural", devendo, assim, haver um esforço conjugado educativo-cultural, que abranja a sala de aula e transponha também o espaço da sala de aula para que haja um nível substancial de comunicabilidade com um país de 120 milhões de habitantes. para que isso se torne possível deverão ser criados mecanismos paralelos de instrução, até de alfabetização, de incorporação cultural do homem brasileiro. O Ministro da Educação não se referiu aos recursos financeiros de que irá dispor a fim de levar avante suas metas, mas não há dúvida de que está procurando estabelecer as estruturas educacionais necessárias para oferecer a todos os brasileiros a oportunidade de receber educação. E isso avulta de importância num país em que 50 por cento de sua população tem menos de 20 anos de idade.

EDUCAÇÃO E REENCONTRO

As esperanças despertadas pelo Governo que acaba de empossar-se não radicam num único setor da sociedade brasileira. O nosso subdesenvolvimento, mencionado realisticamente pelo Presidente João Baptista Figueiredo em seu discurso de posse, caracteriza-se por deficiências estruturais que abrangem todos os setores da vida do País. Vem daí que a constatação do problema maior não pode estancar nossa criatividade, muito menos inibir reflexões mais amplas sobre nossos problemas. Na área da educação e da cultura isso é particularmente notável; tanto que ao aludir a seus projetos para o setor, o Sr. Eduardo Portella, novo Ministro da Educação e Cultura, não deixou de observar que a "democratização da informação cultural" subentende a "redistribuição de renda".

De fato, a educação ou a falta dela são sintomas. Já ninguém pode dizer que 70% dos brasileiros têm baixa renda por não possuírem educação, ou que, ao inverso, o analfabetismo é apenas e tão-somente uma conseqüência da má distribuição de riquezas. Uma depende da outra e ambas formam o círculo vicioso que origina nossos males: somos um país subdesenvolvido porque não possuímos uma estrutura educacional razoável e somos assim também porque não sabemos explorar devidamente nossas potencialidades. Seja como for, não existem soluções isoladas e, ao se referir a essa particularidade, o Ministro Eduardo Portella certamente tinha em mente os grandes investimentos de que sua pasta necessitará a curto prazo. Mas assim como a questão é ampla, a simples reflexão de que o fundamental na cultura moderna é "promover o reencontro do homem com a técnica", como fez o Ministro, pode induzir a equívocos. Na verdade, não se trata apenas de promover "reencontros"

Se, consoante a afirmação do Sr. Eduardo Portella, a cultura repercute diretamente na economia e vice-versa, a harmonização entre o homem e a técnica supõe, antes, a readmissão do homem nos projetos totais da própria sociedade e do Estado que a governa. Isso é evidente no Brasil, onde os investimentos em educação não são prioritários e onde, principalmente nos últimos anos, a inteligência viveu sob constante suspeição.

Folha de São Paulo, 19/3/79.

Referimo-nos à idéia de que se a educação depende da economia e esta da educação, a cultura vista como livre manifestação da inteligência depende do modo como a encara o Estado nas sociedades contemporâneas. E esta foi uma questão crucial que o Ministro omitiu. Pois enquanto persistirem a censura ao pensamento e o policiamento da inteligência, pode-se imaginar que o Brasil consiga algum sucesso na redução de seus índices de analfabetismo e alguns avanços tecnológicos significativos — nunca, porém, um verdadeiro desenvolvimento cultural e, portanto, educacional. Este depende da livre expressão de uma *intelligentsia* que foi alijada da discussão dos problemas nacionais por uma censura inquisitorial e isso depende, enfim, de reencontros da intelectualidade com o Estado que pretende promover a educação, sob a égide da liberdade de pensamento.

Fora disso o círculo vicioso continuará, já que novamente cairemos no erro básico de considerar que nossos problemas são estanques quando eles se relacionam e quando dependem, portanto, da adesão maciça de setores da sociedade aos projetos políticos.

REDEFINIÇÃO

O Ministro Eduardo Portella pretende buscar a implantação de estruturas curriculares mais compatíveis com as demandas sociais, segundo sucinta referência que fez a este aspecto fundamental das formações do sistema educacional brasileiro. Embora não tenha explicitado projeto, acreditamos que o Ministro da Educação haja de fato posto a mão na essência do problema.

como este jornal já teve oportunidade de afirmar anteriormente, a estrutura curricular do ensino no País, notadamente no primeiro e segundo graus, peca pelo autoritarismo de sua concepção. O currículo reflete a visão de mundo de reduzidos conselhos de educadores, desinformados das verdadeiras demandas da sociedade. Assim, autoritariamente imposto, a partir de concepções já ultrapassadas pelo desenvolvimento e complexificação do País, o ensino vem se distanciando cada vez mais da realidade brasileira, gerando frustrações que terminam realimentando problemas psicossociais e políticos também.

A definição do perfil do concluinte de segundo grau apresenta-se, ao nosso ver, como a primeira necessidade no contexto de uma reformulação da estrutura curricular, É preciso saber-se com a maior precisão o que a sociedade espera de um homem com esse nível de formação. para sabê-lo, outro caminho não há senão a consulta direta e objetiva ao mercado, através de grande debate no âmbito de um aspecto o mais representativo possível das diferentes demandas sociais. A estrutura curricular que resultasse de tal consenso certamente estaria habilitada a produzir profissionais adequados.

Por esse meio o ensino secundário deixaria de ser, como bem o definiu o Ministro Portella, mera etapa intermediária a caminho da universidade, para tornar-se efetivamente profissionalizante. O ensino superior não deve ser o fim necessário do processo educativo, porque o País precisa, nesta fase crucial do seu desenvolvimento, muito mais de profissionais do que de bacharéis. É nessa fase intermediária que se localiza uma das nossas maiores demandas.

O atual Governo dará formidável contribuição ao País se reciclar a política de ensino para torná-lo efetivamente um instrumento do desenvolvimento.

Jornal de Brasília, 23/3/79.

Há um toque de nostalgia nas propostas de reorganização da antiga UNE, como bem lembra o Ministro da Educação. Não se pode, com efeito, voltar ao passado apertando um botão; e se o País anda em busca de novas formas de convivência e organização social, um simples retorno é sempre indesejável — tornando-se ainda menos desejável e compreensível quando é proposto por porta-vozes da classe estudantil, a classe comprometida por definição com o futuro e com a renovação.

Não se trata apenas de que a UNE poderia significar uma exagerada Politização da problemática estudantil. O cerne da questão está em que o País é outro; e a UNE, exumada, não tardaria provavelmente a revelar-se anacrônica.

para o encaminhamento dessa questão, vale a pena recordar que na época da criação da União Nacional dos Estudantes o Brasil era o famoso arquipélago humano a que se referiam nativos e visitantes. Em termos de ensino superior, a comparação era mais do que nunca apropriada: faculdades isoladas sinalizavam entre si à distância, sem a pretensão de formarem verdadeiros conjuntos universitários. Nesse clima, a UNE podia aparecer como um chamado à união, ao estudo de problemas comuns.

Ignorar que o Brasil mudou é, mais uma vez, indício de nostalgia anacrônica. Ainda estamos longe da integração almejada; mas a mudança foi suficiente para estimular uma saudável diferenciação. O tema do momento é o cansaço da uniformidade tirânica e burocratizadora. Já há universidades importantes em número e em qualidade; e à medida que esses organismos, públicos ou particulares, se desenvolvem, aspiram com mais força e com mais razão à autonomia que, só ela, lhes trará um pleno desenvolvimento de potencialidade.

A bandeira da autonomia universitária é de todos. A ela deve corresponder, naturalmente, a autonomia da representação estudantil. Salta aos olhos que os problemas da PUC não são os da Universidade de Viçosa.

Estes são apenas alguns dos problemas de que sofre o meio uni-

versitário. A representação estudantil que se quer agora reorganizar plenamente pecou, muitas vezes, por falta de representatividade e de objetividade, sobretudo quando a antiga UNE deixava-se seduzir por uma Politização excessiva. Ainda menos representatividade e objetividade se conseguirá, hoje em dia, tratando-se apenas de repetir um modelo antiquado.

Cresceu imensamente o meio universitário. De cada universidade se poderá fazer, talvez, uma caracterização sócio-econômica diferente, a partir de diferenças básicas como o ensino gratuito e o ensino pago — muitas vezes caro. Nesse panorama, a representação estudantil pode e deve ter um caráter reivindicatório; mas só terá prestígio e eficácia se refletir, de» fato, os problemas do meio de que surgiu. A recente greve dos metalúrgicos é um exemplo bem-sucedido de campanha reivindicatória que partia de uma situação específica. A existência de uma CGT teria, talvez, acrescentado à crise do ABC o emocionalismo vago que retiraria os problemas do seu leito — e retardaria ou impediria um? solução.

VIAS DE REPRESENTAÇÃO

Por efeito natural da própria abertura, um anteprojeto de lei encaminhado à Presidência da República pelo Ministro da Educação modifica as normas que impedem a atividade estudantil com a brutalidade do arbítrio. Caem as restrições dos Decretos-Leis 228 e 477: onde havia a esterilidade dá-se o primeiro passo no sentido de favorecer a existência de representações legítimas dos estudantes no âmbito da universidade.

A formação de diretórios acadêmicos, tanto em nível de cursos como de institutos e de universidade, através de eleições livres e com o sentido de legítima representação estudantil, é um canal novo nas relações entre o aluno e a escola. Tudo que houve antes nesse campo foi precário e marcado por uma exacerbação política e uma orientação ideológica desfigurante.

A primeira definição sobre o novo nível de organização representativa cuida de preservar a vida estudantil da interferência política, que introduz interesses alheios ao nível de reivindicações específicas no relacionamento do aluno com a universidade.

como, porém, o universitário é um adulto, e portanto eleitor, nada impede que, como cidadão, exerça também atividade política. Apenas, a universidade é o local menos adequado ao exercício de convicções e de proselitismos que pouco ou nada têm a ver com os problemas específicos dos estudantes ou suas relações com a universidade em matéria de ensino.

A definição de um plano normativo para a atividade representativa dos estudantes dentro de cada universidade, com o sentido excludente da atividade política normal, tem como corolário a abertura de um canal que conduza essa outra energia participante para os partidos políticos. A revisão do quadro partidário nacional vai oferecer em breve a oportunidade para o melhor exame da questão política estudantil, bem como a adoção de estímulos a que estudantes tenham filiação, atividade e autonomia dentro dos partidos.

Desde que não seja nominal ou apenas formal, a reserva de um espaço para gerar — dentro das agremiações partidárias — uma ativida-

de política estudantil com responsabilidade é suficiente para desligar a representação específica dos apelos e desejos políticos participantes que, em nível escolar, são comprovadamente desfiguradores de um e de outro.

Apresenta-se ao debate um antigo problema, anterior mesmo à própria fase de arbítrio que o agravou pela repressão. Só o equacionamento democrático poderá garantir soluções competentes em dois planos que a própria liberdade separa: as reivindicações específicas do estudante e as que, como cidadão, ele tem o direito de assumir além do universo escolar, como cidadão.

O Ministro da Educação, Eduardo Portella, recomendou ao Governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, que "aja com cautela" em relação aos estudantes que pretendem realizar o Congresso da União Nacional dos Estudantes, em Salvador, dentro de alguns dias. O Ministro teria desaconselhado mesmo a presença de policiais durante o encontro planejado dos estudantes. Eis uma atitude que revela serenidade e compreensão, e tanto mais significativa quanto ela se verifica no mesmo dia em que o Ministério do Trabalho anuncia que vai devolver aos líderes sindicais do ABC o comando de seus sindicatos, dos quais foram afastados por ato de intervenção federal.

A nota que a Assessoria de Imprensa do Ministério da Educação distribuiu anteontem reitera essa posição de compreensiva tranqüilidade do Governo em relação aos estudantes, vistos, durante uma década, no Brasil, como uma *bête noire* a ser hostilizada e acuada. A nova atitude do Governo, sintetizada na decisão do Ministro Eduardo Portella, tem um significado que não deve escapar aos estudantes brasileiros, os quais procuram fazer reviver, de forma aliás operacionalmente não muito democrática, a sua entidade representativa a nível nacional.

Já dissemos aqui, e o reiteramos, que a UNE não está sendo reorganizada em obediência ao rigor que os postulados que ela afirma defender podem fazer supor. Sabe-se que existem Uniões Estaduais de Estudantes em alguns escassos Estados brasileiros, mas não se pode falar, nesta altura, de condições orgânicas capazes de justificar a formação pura e simples de uma UNE que se apresente, dessa forma, como representativa de fato de todos os universitários deste País. Mas, simbolicamente, ela representa uma parcela ponderável de estudantes, e não há razão para que não exista.

O Governo reafirma, com sua decisão de não hostilizar os congressistas de Salvador, a sua determinação de prosseguir no caminho da descontração política. E isso é algo que merece aplausos sinceros.

EFEITOS DA CENSURA

Após evidentes indícios de liberalização e a discussão, de certa forma bizantina, sobre a localização da Censura entre três áreas do escalão ministerial, o assunto volta a ser debatido, não em termos meramente burocráticos ou casuísticos, mas de maneira que tende à objetividade, através de simpósio promovido pela Câmara dos Deputados. Ao participar do encontro com os parlamentares, o Ministro da Educação e Cultura teve oportunidade de condenar, enfaticamente, a prática da censura, por considerá-la elemento nocivo ao processo cultural, caracterizando o controle do Estado sobre a sociedade que encarna.

Segundo o Ministro, a censura baseia-se numa prática paranóica de salvação da cultura sem que esta tenha sido consultada ou dado seu consentimento às limitações que lhe são impostas. E classificou-a como um erro tático, gerador de efeitos negativos nas três etapas do processo cultural, ou seja, a produção, a distribuição e o consumo.

O Professor Eduardo Portella não se arredou de sua posição de intelectual participante da vida-cultural brasileira ao assumir a Pasta da Educação e Cultura no Governo do General João Baptista Figueiredo. Pelo contrário, mostra-se ele o representante da inteligência nacional convocado pelo Governo, num tempo de abertura e distensão, a fim de conciliar aquele Ministério com o sentido das tarefas que lhe são reservadas no desenvolvimento do País.

Ao condenar a censura, denunciando-lhe as conseqüências dramáticas para a cultura, o crítico literário tornado ministro de Estado reafirma a sua disposição de reformular a atuação oficial numa área em que ela veio sendo altamente conflitante e cerceadora. O fato de condenar, com objetividade e absoluta serenidade, o instituto que mais aprofundou o fosso entre o governo e a inteligência nacional revela a postura do Sr. Eduardo Portella diante de fenômenos que hoje dele exigem permanentes definições em favor de soluções novas.

Toda tentativa de tutela do processo cultural é nefasta, tanto à cultura quanto a quem a exerce. Se a cultura brasileira foi prejudicada pela interferência dos censores, nos últimos anos, também o Go-

Estado de Minas, 25/5/79.

verno sentiu-lhe os resultados negativos, ao isolar-se da área intelectual e enfrentar a oposição monolítica que ela passou a oferecer-lhe. A convocação do professor Eduardo Portella foi registrada como mais um passo distensionista do Governo. Hoje, ao condenar a censura e, ainda, ao concluir as gestões que resultaram no envio ao Congresso de projeto que cuida da revisão da situação política dos estudantes brasileiros, o Ministro demonstra que, em pouco tempo, já lhe. foi possível — e ao Governo — tomar medidas eficazes relativas ao aprimoramento democrático do papel governamental nos campos educacional e cultural. Espera-se, por conseguinte, que o Governo Figueiredo continue, célere e objetivamente, a promover o aperfeiçoamento do regime, levando-o ao encontro das reivindicações nacionais, seja no plano político e econômico, seja no âmbito social e cultural.

CONFRONTO DE IDÉIAS

Entra o MEC no enfoque da *abertura* através de medidas como a que tornará possível a reintegração na vida universitária de professores afastados através de legislação excepcional de que nos vamos despedindo.

Atitudes dessa natureza provavelmente ainda não significam a plena recuperação de uma atividade cultural modificada por restrições drásticas — pois a plena recuperação implica, com a remoção das restrições, o hábito que traz a naturalidade. Mas já significam a retirada de um véu de suspeição que vinha tendo o efeito das vestes diáfanas utilizadas em publicações eróticas para obter efeito maior que o da simples nudez.

Se, com efeito, o afastamento, por intolerância ideológica, de intelectuais e pesquisadores de nível constitui luxo que o País não poderia e não deveria ter-se permitido, ele revelou-se, além disso, ineficaz do simples ponto-de-vista prático. Se o marxismo era a febre que se queria debelar com tal medida, cumpre verificar que a terapêutica por pouco não ativou a epidemia.

Vale lembrar, por antítese, o exemplo dos países onde o marxismo foi colocado diante de uma estrutura democrática em funcionamento e de um debate intelectual contínuo. Sob esta iluminação apropriada, as diversas correntes à esquerda do centro foram compelidas a exhibir a sua *verdade*, e cindiram-se à medida que não chegaram a um entendimento quanto à sua visão do fenômeno democrático — sempre cheio de vida. O exemplo mais dramático foi o do Partido comunista Francês, obrigado a um melancólico retorno em direção ao espírito do estalinismo, por incapacidade de aceitar um debate aberto em relação a outras correntes de esquerda e sobretudo quanto à sua estrutura interna, que continua a funcionar em bases dogmáticas.

Não é apenas por defasagem cultural que ainda não dispomos, entre nós, de análise crítica do marxismo semelhante à que está sendo levada a efeito pela intelectualidade européia — com reflexos, já, no processo eleitoral.

Este atraso deve-se, também, ao simples motivo de que não se

julgava o debate importante, confiando-se nas restrições artificiais. O debate teve início, por exemplo, a partir de um episódio como o verificado recentemente na PUC-RJ, o qual deixou à mostra não apenas a artificialidade e o anacronismo das restrições, como o fato de que idéias só podem ser contestadas por idéias.

A defasagem cultural, de fato, apenas se acentua com a criação de antolhos para o debate intelectual. E é extremamente duvidoso que se projetem valores por meios igualmente artificiais. No seminário sobre censura que está sendo realizado pela Câmara Federal, o atual Ministro da Educação observa que a censura, tal como estava organizada no terreno da criação intelectual e artística, representava "uma salvação para á qual a cultura (isto é, a sociedade) não foi consultada e nem deu o seu consentimento", É, portanto, uma postura inepta.

OS PROFESSORES CASSADOS

A liberdade de cátedra é própria do regime democrático. Sentado na sua cadeira, o professor tem o direito de dizer o que lhe pareça acertado. Pode até ser que não seja. Um psiquiatra pode não levar a sério as doutrinas de Freud, um geneticista pode não aceitar a inseminação artificial, como um socialista pode defender a sua idéia, como até os fascistas o fizeram no passado. É que o professor é livre no externar o seu pensamento. Isto só não se verifica no regime comunista, onde o mestre nada diz, nada expressa sem ser em função da sua submissão ao regime que aboliu a sua personalidade. Mas no regime democrático a liberdade de cátedra tem que ser respeitada. E o mestre que dela se serve mal, desserve ao ensino. Mas se inutiliza também. Isso porém, nem sempre é compreendido. Getúlio Vargas afastou da sua escola homens do valor de um Hermes Lima e de um Castro Rebelo; a revolução de março afastou também das suas cátedras, como dos seus laboratórios, profissionais de valor.

De um modo geral, o mestre não se serve da aula para fazer proselitismo político. A não ser na disciplina de Ciência Política. O bom mestre faz proselitismo pelo conceito que consegue impor aos seus discípulos. Os alunos se encantam com o seu valor e, finda a aula, dele se abeiraram para a continuação da lição, ou para o prazer de ouvi-lo. E aí é que o mestre, se político, faz a sua pregação, como faria na sua casa. Gilberto Amado, quando chegava ao Rio, era sempre procurado por alunos das nossas escolas superiores, que haviam lido seus livros e se encantavam com o seu talento. Não sabemos se passou por uma cátedra, mas era um mestre nato. Mestre de lições da vida, de aulas de verdadeira sapiência.

O Ministro Eduardo Portella está se mostrando no propósito de reparar injustiças praticadas contra inúmeros professores. E quer trazê-los de volta às suas cátedras. E a providência é a mais acertada. É que não há cadeia para o pensamento. A idéia de cada um continua a ser divulgada. E, com o afastamento de inúmeros professores das suas escolas, o ensino é que sofreu. Os alunos é que se privaram de boas aulas. A disciplina por eles ensinada é que sofreu. O mau professor

Correio da Bahia, 30/5/79.

não é aquele que faz proselitismo fora da classe, nos intervalos de aula; o mau professor é o mau professor mesmo, que não ensina, que mal se limita a repetir o que os livros dizem. E nem sempre bem, com propriedade.

Vamos fazer, assim, com que retornem às suas cátedras os professores delas afastados, por suspeita de professarem idéias subversivas. Às vezes, simples suspeita. Quando não o propósito de perseguir. A idéia está nos livros, nos artigos dos jornais, e não se pode levar todos à fogueira, É que a grande idéia resiste ao fogo. A perseguição ao divulgador de uma idéia não a mata. Ela continua viva, na boca de outros, ou nas páginas dos livros. Não se deve temer uma idéia. Se ela é boa não morre; se má, tem a vida das rosas de Malherbe.

O Ministro Eduardo Portella faz muito bem em levar avante este seu propósito. Os radicais o combaterão. Mas não deve temer este combate. A consciência nacional o aplaudirá. Se estamos em uma democracia, o sistema impõe a liberdade de cátedra. O mestre é livre, como livre é o jornalista. Pouco importa que esteja sendo, pago pelos cofres públicos. A liberdade tem que existir. A liberdade é uma só. para o mestre como para o aluno; para o jornalista como para o leitor. E com a cátedra livre, só a cultura da Nação é que se beneficiará. Voltem os mestres às suas cátedras, principalmente se a obtiveram por concurso perfeito.

NOVAS RESPONSABILIDADES DO MEC

O Brasil está fazendo no Ministério da Educação e Cultura uma experiência nova: colocar nele um intelectual, escritor, com exercício efetivo no magistério. como ele próprio o diz "comprometido com a democracia".

Não queremos diminuir o valor pessoal, a cultura e a experiência dos seus antecessores, entre os quais alguns nomes ilustres da vida política e cultural do País.

Apenas salientamos o fato de que o Presidente Figueiredo foi buscar para a Pasta de tanta responsabilidade um homem que é profissionalmente apto, pela sua profissão principal, que é a de escritor, a dar uma nova orientação capaz de corrigir erros antigos, abrindo caminho a concepções mais modernas e práticas do que representam o ensino e a cultura numa hora em que, pelo desenvolvimento, procuramos atingir uma posição mais condizente com os valores espirituais e materiais de que dispomos.

Em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, o Ministro Eduardo Portella expôs o elenco das idéias que leva para o exercício do seu ministério, nesse processo de compatibilização entre a educação e a cultura, a democracia e o desenvolvimento.

Em primeiro lugar, trata-se de redemocratizar a cultura, numa hora em que nos empenhamos na redemocratização, não apenas na ordem política, como ainda em todos os demais setores que compõem a atividade social.

Pensa o Ministro em redemocratizar, oferecendo, é claro, as possibilidades culturais a um maior número,, sem perder de vista no entanto o caráter qualitativo que, nos últimos tempos, tem sido relegado.

É preciso que se transmita uma informação cultural qualificada, partindo do princípio de que houve uma radical queda de qualidade nos últimos anos no Brasil.

Não é nenhuma novidade que anunciou Eduardo Portella, pois o próprio magistério, as classes intelectuais e a imprensa não se cansam de mostrar os baixos níveis do aproveitamento nas escolas.

Jornal do Commercio, RJ – 5/6/79.

Diário da Notícias, Porto Alegre – 20/6/79.

É por ocasião dos exames vestibulares que se acentuam as denúncias diante de provas demonstrativas da quase completa ausência de preparo para enfrentar os níveis superiores do ensino.

O Ministro Eduardo Portella não acusa ninguém, pois seria um exagero atribuir a uma, a duas ou a poucas pessoas as calamitosas responsabilidades da decadência do ensino. As causas, no entanto, já são conhecidas, pois que não têm faltado estudiosos que se aplicam em descobri-las.

A hora é chegada, pois, de, à luz da experiência, tentar-se alguma coisa de positivo, que detenha pelo menos essa marcha para baixo e inicie um novo processo do que pode ser considerado um esforço de salvação da cultura.

Afirma em sua entrevista o titular do MEC que "os dirigentes brasileiros estavam desaparelhados para a pressão da demanda. Diante dela se entregaram, temendo que, ao não tomar essa atitude, estivessem prestando um desserviço ao desenvolvimento nacional. Entregam-se de braços abertos sem nenhuma resistência crítica; certamente pensaram que, aumentando o número de pessoas com acesso a determinado tipo de informação, estavam resolvendo o problema do desenvolvimento"

Quantas vezes temos visto, apontada como sinal do progresso brasileiro, a existência cada vez maior de universidades e faculdades de Letras e ainda da quantidade, poderíamos dizer, invasora dos alunos que freqüentam esses supostos centros de cultura.

É tempo de mudar essa mentalidade e o que justifica a presença de um intelectual como Eduardo Portella à frente do MEC é exatamente que com ele se cria a expectativa de que sejam operadas mudanças sensíveis, corrigindo-se as falhas que nos colocam em posição de inferioridade, mesmo face a países vizinhos, onde se tem dado maior atenção ao problema da qualidade de ensino.

para ele, o problema fundamental do Ministério "é consolidar as estruturas básicas, ou seja, o primeiro e o segundo graus".

para isso é preciso modificar a visão dos dirigentes políticos, pois que será necessário levar a presença do MEC aos municípios, aos quais está entregue o ensino primário, quando em sua maioria não têm nem condições técnicas nem financeiras para o desempenho correto dessa missão.

E assim indispensável que seja dado ao Ministro Eduardo Portella o poder de sair dos quadros estritos em que se coloca o seu Ministério para uma ação mais ampla, de caráter objetivo para enfrentar um problema que agora tem sido posto à margem das decisões do seu titular.

A CRISE DO ENSINO E SEUS EFEITOS POLITICOS

Há menos de quatro meses, antes de assumir o Ministério da Educação e Cultura, o professor Eduardo Portella declarava, em entrevista exclusiva a *O Estado de S. Paulo*, que suas pretensões seriam a de dar ao País um amplo projeto de qualificação cultural da sociedade brasileira, destinado a ter reflexos na melhora da qualidade de vida e na distribuição de renda. Recentemente, no início deste mês, o Ministro voltou a insistir nas mesmas idéias: em depoimento prestado aos parlamentares que compõem a comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, ele resumiu todas suas teses numa única frase: a *universidade* — esclareceu — *não deve ser absolutamente gratuita, mas relativamente paga*.

Por quê? As razões são simples, desde que o problema seja encarado sem preconceitos ou falsas suposições: porque numa nação altamente diferenciada em termos sócio-econômicos, como a nossa, o ensino gratuito — o que ainda há de melhor, nesta área, dentro dos limites possíveis — não é permitido a toda a população, que o sustenta globalmente por meio de uma pesada carga tributária, mas apenas aos estudantes de melhor poder aquisitivo, que tiveram a *chance*, a sorte e a oportunidade de contar com uma boa formação escolar.

para tanto, basta ver a natureza competitiva de um vestibular, essa louca e desenfreada corrida para um lugar ao sol, na qual somente o canto de vitória dos famigerados cursinhos é que soará por algum tempo em nossos ouvidos. Até que, como num drama cosmogônico, o ciclo de angústia e de esperança retome seu curso: de um lado, jovens disputando uma vaga nas universidades, vencendo apenas aqueles que já contaram com razoáveis índices de escolarização, em detrimento daqueles oriundos de famílias de menor poder aquisitivo; de outro, os recém-formados, com um simples canudo na mão e um falso título de doutor antes do nome, disputando arduamente um lugar no mercado de trabalho.

Duas rigorosas e desumanas competições, abrindo toda uma imensa gama de frustrações e de revolta. Em outras palavras, essa imensa agitação de tantos candidatos para poucas vagas, tanto acadê-

micas quanto profissionais, transforma o atual sistema de ensino numa luta terrível e desigual, a qual esconde, na sua frieza numérica, que os governos revolucionários procuram utilizar para mostrar suas "realizações", uma série de problemas sócio-políticos que deveriam merecer maior atenção por parte das autoridades.

A greve dos médicos residentes dos hospitais públicos, dos professores e dos jornalistas é, por isso mesmo, apenas para usar um lugar-comum, a face visível de um grande *iceberg*, afinal, é impossível negar que, apesar de todas as reformas e progressos meramente quantitativos registrados nos últimos anos, a educação escolarizada brasileira continua permanecendo um privilégio econômico e social. Não somente porque apenas uma minoria pode arcar com os ônus diretos e indiretos que ela acarreta, mas, igualmente, porque a compreensão de sua importância social depende das convicções e conhecimentos compartilhados pelos círculos sociais de maior poder aquisitivo, em condições de fornecer razoável dose de escolaridade a seus filhos.

Talvez tenha sido por compreender a realidade desse sistema totalmente falido, que de forma alguma atende às suas finalidades sociais, que o Ministro Eduardo Portella tenha sido mal interpretado em suas explicações. Afinal, a simples menção de que o ensino não deve ser totalmente gratuito, mas relativamente pago conforme o poder aquisitivo familiar de cada estudante, esbarra num dos tabus consolidados pelas últimas décadas. Um *tabu*, insistimos nessa tese, porque é a coletividade, como um todo, que vai custeando o ensino gratuito para um grupo de privilegiados.

E o resultado, infelizmente, já é bastante conhecido. A começar, especificamente, pela utilização da escolarização em nosso país, especialmente no âmbito das instituições universitárias, onde a própria legalização da *gratuidade* das faculdades estatais esconde, em termos concretos, toda uma concepção antidemocrática de ensino. As pesquisas sociológicas sobre a mobilidade e os diplomas com sinônimo de *status* aí estão, comprovando nossas afirmações.

No entanto, não bastasse o fato de que a imensa maioria dos que têm acesso às escolas públicas são filhos das famílias situadas entre os diferentes segmentos que compõem a classe média para cima, um outro problema de natureza sócio-econômica também vem ameaçando a já precária estabilidade política nacional: a falta de mercado de trabalho para esses jovens diplomados não apenas amplia as contradições do sistema de ensino, dispersando recursos já escassos e não atendendo às necessidades de qualificação profissional em setores fundamentais, porém não "clássicos", como, ainda, aumenta as frustrações das novas gerações escolarizadas.

E são essas gerações, após um acúmulo de insatisfações e crises

personais, que pressionam as entidades de classe, radicalizam as posições políticas e, de maneira crescente, se vão desadaptando à comunidade na qual foram formados culturalmente. Conseqüentemente, essa multidão de advogados, de médicos, de comunicólogos, de sociólogos, de psicólogos, de engenheiros, de cientistas políticos, de bibliotecários, de administradores de empresas e de historiadores que não encontram oportunidade de realizar-se na carreira que escolheram, de um lado se constitui um imenso óbice ao processo de distensão, à medida que amplia a turbulência inerente ao processo de transição do autoritarismo à democracia, por meio de atitudes radicais, como foi o caso da greve dos residentes; e, de outro, também revela que o ensino brasileiro não se preocupa tanto com o desempenho de funções e ocupações exigidas por projetos de transformação nos quadros da participação social vigente, porém mais com a manutenção do *status* das famílias de razoável poder aquisitivo.

Portanto, tem razão o Ministro Eduardo Portella ao afirmar que a melhor maneira de democratizar o ensino e neutralizar a frustração de ambição é torná-lo relativamente pago, como forma de obter recursos e alocá-los de uma maneira mais racional. E, enquanto teses sensatas como essas continuarem sendo vítimas de tabus, a nossa educação permanecerá organizada tendo em vista apenas as aspirações de grupos privilegiados, em detrimento dos demais, que chegam a perfazer 80% da população, conforme dados do IBGE.

Mas esse é apenas um aspecto do problema.

O Ministério da Educação mostra-se preocupado com o destino de 1 milhão, 300 mil universitários que o Brasil terá em 1980, ano em que o mercado de trabalho abrigará, em nível superior, entre 200 mil e 210 mil novos profissionais. A preocupação é maior sabendo-se que, daquele quase milhão e meio, cerca de 55% se terão formado na área de Ciências Humanas, exatamente a que apresenta os maiores problemas de aproveitamento profissional.

Estatísticas do IBGE, entretanto, revelam que em 1975 o total de desempregados brasileiros atingia a 2,6% da força de trabalho; mas apenas 1,5% das pessoas com instrução superior estavam desocupadas, ao mesmo tempo em que alcançava a taxa de 3,4% o montante de desocupados entre os que possuíam escolaridade média (2º ciclo) e de 5,9% a dos que completaram oito anos de educação formal (1º ciclo).

A estatística é expressiva: o diploma continua a pesar decisivamente na conquista do mercado de trabalho. Não importa que de 101 administradores de empresa formados em 1977 pela Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro apenas um tenha conseguido emprego na sua profissão, e assim mesmo como administrador auxiliar: os outros colocaram-se como auxiliares de escritório, bancários ou até mesmo balconistas.

Pode, assim, não haver utilidade direta para o diploma; mas atua o comodismo dos empregadores, que, à verificação da competência, mais trabalhosa, preferem a seleção por títulos, que é mais vistosa.

Mais formação é evidentemente melhor do que menos; mas no divórcio tantas vezes verificado entre a universidade e o meio social brasileiro não reside apenas um desperdício de recursos detestável em país que não consegue fornecer escolarização apropriada: o hipnotismo do diploma continua a desprestigiar a formação técnica, embora se saiba que enquanto o campo de trabalho para profissionais liberais estreita-se proporcionalmente — dada a abundância de oferta — cresce na mesma medida o potencial de vagas em setores que exigem competência específica.

O MEC despertou para o assunto, encomendando pesquisas sobre a correlação entre formação universitária e mercado de trabalho. O tema não pode, naturalmente, ser tratado burocraticamente, ou apenas do ponto-de-vista prático — ou oficial. Há toda uma discussão filosófica a ser desenvolvida em torno do papel da universidade na sociedade brasileira.

O que há de prático, no momento, é a necessidade de torpedear o culto imoderado do diploma; seja através de uma campanha de esclarecimento — e para isso podem prestar-se as pesquisas do MEC — seja através de medidas concretas como a destinação de recursos e programações especiais para concluintes do ensino de 1^o e 2^o graus que não quiserem ou não puderem prosseguir nos estudos de 3^o ou 4^o graus. Cursos e programas de treinamento que lancem na sociedade brasileira um novo tipo de profissional, dando aos seus beneficiários uma qualificação básica para o trabalho que os justifique perante si mesmos e perante a sociedade.

A INTELIGÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO

O restabelecimento do respeito à inteligência brasileira e o reconhecimento da legitimidade de sua participação em nosso processo de desenvolvimento não podem ficar limitados a uma iniciativa generosa do Estado. Eles se situam num quadro global esboçado pelo Ministro Eduardo Portella perante os integrantes da comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados: o quadro das relações internas entre governo e sociedade, que urge aperfeiçoar. O Ministro da Educação representou a situação atual como sendo de uma paz estranha e artificiosa, uma "paz incompatibilizada com a criação". Mas, a quantas andou e anda a criação cultural no Brasil, o fortalecimento da consciência crítica que à intelectualidade cabe promover?

Antes que embarquemos, à guisa de um projeto nacional de desenvolvimento, em mais uma da série das notórias aventuras do passado, é preciso proceder a uma revisão sincera e corajosa dos erros cometidos, não já pelo Estado e sim pela intelectualidade. Todos conhecem como certas lideranças intelectuais se perderam na burocracia governamental do Estado Novo, trocando os direitos do intelectual em face do Estado pelas amenidades de um mecenato estatal viciado de ambigüidades. Todos conhecem também o processo - no fundo, o mesmo processo anterior — que as transformou, num governo como o do Sr. Juscelino Kubitschek, em matrizes da ideologia do desenvolvimentismo; ou, depois, da ideologia esquerdista que animou o nacionalismo tendencioso do Sr. João Goulart. Quando a intelectualidade brasileira fala de bloqueio ou censura à formação de uma autêntica cultura nacional, é preciso que simultaneamente se lembre de que nas origens de nosso autoritarismo político esteve presente sua própria complacência, tentada que sempre foi nossa intelectualidade por alianças com os "donos do poder".

O aperfeiçoamento das relações a que se refere, pois, o Ministro Eduardo Portella é simultaneamente um aperfeiçoamento dos correlatos — do governo e da intelectualidade, do governo e da vanguarda da produção cultural. Porque nem tudo é de se atribuir a um mútuo condicionamento: temos exemplos históricos e produção cultural mar-

cante sob as mais adversas circunstâncias — haja vista a produção de um Graciliano Ramos, do emparedamento de um cárcere —; e de uma produção lamentavelmente medíocre ou vergonhosamente plagiária, sob os bafejos do oficialismo. O desejável e urgente aperfeiçoamento da inteligência brasileira coloca um problema, além dos justa e oportunamente mencionados pelo Ministro Eduardo Portella: em que medida é um serviço ao desenvolvimento nacional a profissão ideológica por parte de nossa intelectualidade?

Tivemos ideologias, com efeito, de que resultou apenas a desmobilização social, tornando o desenvolvimento um processo de mudança de autoria restrita e de objetivos em decorrência também concentrados. Há ainda ideologias que desvirtuam a mobilização necessária às mudanças sociais antevistas e deliberadas em simples massificação, redundando também em benefício de uma *elite*. No primeiro caso teríamos como exemplo a ideologia de uma tecnoburocracia estatal, que dá as opções de desenvolvimento como qualificadas demais, para que fiquem ao alcance do discernimento e da vontade de todos. No segundo caso, temos como exemplo típico a ideologia do "populismo" que conhecemos bem, do clímax a que chegou em 1963-1964, quando os meios populares urbanos foram usados como massa de manobra para realização dos intentos de um círculo de poder fortemente discriminador.

Mas, se se argumentar com a inexorabilidade da presença ideológica a qualquer projeto de desenvolvimento, que pelo menos haja cautela contra as ideologias, que são produto da falsa consciência e, como tais, empecilho enorme à emancipação e manifestação da consciência autêntica e crítica; contra as ideologias institucionalizadas, de que os Estados socialistas do Leste europeu nos fornecem o exemplo mais "puro". Contra qualquer ideologia que, em desprezo pela inteligência humana e pela intelectualidade (que significa o intercâmbio e a reciprocidade das inteligências individuais), ousa propor-se como versão exclusiva da verdade, como opção histórica única.

Ao tomar consciência de si, a inteligência freqüentemente surgiu na História como inconformismo, rebeldia, dissidência: do conflito da razão contra a tradição, nos albores da idade Moderna ao protesto contra os Gulags de hoje. Não será, portanto, essa inteligência acaso instrumentalizando-se com uma ideologia que virá escravizar-se, e entender-se, sem saída e sem alternativa?

O comentário que precede este final, foi publicado em nossa edição de domingo.

POR UM ENSINO DEMOCRATIZADO

Teve o Ministro da Educação, professor Eduardo Portella, nas declarações feitas anteontem em Goiânia e principalmente durante o encontro com os estudantes, a sinceridade de reconhecer que o relacionamento entre o Governo e a chamada classe estudantil ainda se processa pelos canais de uma abertura relativa. Revelou o mérito de não expor raciocínios autoritários ou paternalistas em relação aos problemas do ensino no País, como costumava acontecer com a maioria de seus antecessores recentes, sobretudo aqueles que defendiam ardorosamente o instrumento sufocador das iniciativas e das reivindicações dos estudantes, que foi o malsinado Decreto 477.

Tocou também o professor Portella, exercitando um ponto de vista que coincide com o dos educadores mais respeitados do País, num dos pontos mais críticos do ensino brasileiro, que são as deficiências dos cursos de 1º e 2º graus, responsáveis pela incapacitação de um contingente muito grande de alunos para o acesso à universidade ou mesmo para a complementação desses dois estágios anteriores, o que significa, todos os anos, incomensurável e trágica marginalização de jovens dos benefícios de uma educação pelo menos convencionalmente completa.

Às limitações dos cursos de 1º e 2º graus deveria ser acrescentado, para uma correta análise da realidade educacional brasileira, um fator que não foi apreciado pelo Ministro durante a sua visita a Goiânia, que é a inexistência, com exceção de algumas experiências ainda insignificantes, de preparo pré-escolar pelo ensino público. Sendo atualmente uma oferta limitada às escolas privadas, o pré-escolar não absorve esmagadora maioria das crianças em idade de fazê-lo, ocorrendo a partir deste nível a primeira grande injustiça social da educação no Brasil, pois uma minoria chega à vida escolar privilegiada por uma vantagem quase sempre insuperável pelos que dela ficaram à margem.

Reformular em profundidade a estrutura do ensino no País, infundindo nela os preceitos democráticos que ainda lhe faltam, é portanto uma questão altamente prioritária e como tal não pode mais continuar sendo apenas discutida.

CORREÇÃO DE RUMO

Há uma saudável reorientação de política no anunciado projeto do MEC de graduar a exigência de títulos de pós-graduação como condição de progresso na carreira universitária.

Esta posição, de caráter eminentemente prático, tem também conseqüências de vulto no que se refere ao próprio problema da pós-graduação.

Esta pode considerar-se em crise, desde há algum tempo, em razão de uma tendência inquietante que ameaçava repetir nesse terreno o que ocorrera com o ensino superior como um todo. Do dia para a noite, o País viu-se dotado de mais de 700 programas de mestrado e doutorado — expansão numérica que, como ocorreu nas universidades, tornou extremamente flexível o conceito da qualidade a ser obtida num tipo de formação onde a mediocridade é inadmissível.

Apontava para essa expansão, entretanto, a exigência feita em seguida à reforma universitária de 1968, colocando a pós-graduação como condição para a contratação ou promoção de professores universitários. Também o mercado de trabalho insistia nos títulos de pós-graduação, como garantia contra a insuficiência do simples curso superior.

Criou-se assim uma distorção pela qual o País simplesmente não pode pagar — porque jamais haverá dinheiro suficiente. Não é possível, nem aceitável, disfarçar o pobre nível das nossas universidades com o verniz da pós-graduação.

Por outro lado, em termos de formação superior, é preciso distinguir, por exigência lógica e necessidade prática, entre a que se destina à formação de cientistas, pesquisadores e eruditos de alto nível e a que aponta para as necessidades do mercado de trabalho.

São duas vertentes bastante diferentes, o suficiente para justificar um outro projeto do MEC que dividiria o ensino superior em dois níveis, voltados justamente para essas duas necessidades básicas: a formação de uma elite que deve competir em termos de mercado de trabalho internacional, permitindo ao País diminuir o *gap* que nos separa dos mais desenvolvidos em termos de ciência e tecnologia, e a forma-

ção dos contingentes que têm em vista um mercado não menos real ou importante — o mercado interno.

Instituições como a USP, a Unicamp, a UFRJ seriam estimuladas e auxiliadas a manterem o seu ensino de ponta; universidades de outra natureza, sobretudo as que têm características regionais, poderiam aperfeiçoar o seu entrosamento com o mercado de trabalho, sem prejuízo da formação geral que está implícita no conceito de universidade.

São linhas de raciocínio que vale a pena desenvolver, e que a exigência indiscriminada da pós-graduação estava sufocando. A universalização da pós-graduação representava, por outro lado, o eterno desprestígio do ensino superior; e uma despesa com que o País não podia arcar.

ENSINO SUPERIOR

Consideramos perfeitamente justas e lúcidas as preocupações do Ministro Eduardo Portella quanto à realidade do ensino superior do País que ele qualifica de elitizante e, pior ainda, incapaz de prestar ao País os serviços que se espera da Educação. O ensino superior, tal como se acha .estruturado, não guarda relação alguma com a realidade do mercado de trabalho e ainda o agrava pela contínua liberação de contingentes profissionais que vão se frustrar, gerando desajustes de outra ordem, pessoais e sociais.

O Ministro tem uma visão clara e completa desse quadro caótico, mas receamos que não venha dispor do instrumental para tornar concretas as idéias que no momento o anima. A burocracia da Educação no País é das mais complexas e emperradas, só perdendo em ineficiência para a burocracia do INPS. Ao longo das duas últimas décadas, o País sofreu diversas reformas educacionais, mas nenhuma foi ao fundo do problema, para questionar a própria ideologia do sistema, deixando-se exaurir em questões semânticas de que estão repletos os nossos manuais e a nossa legislação.

O Conselho Federal de Educação é um dos exemplos de ineficiência mais gritantes, senão pelos seus membros — eméritos educadores — mas por sua profunda deficiência institucional e estrutural. Não se compreende como, num país do tamanho do Brasil, o Conselho Federal tenha que opinar, aqui em Brasília, sobre os méritos de um modesto professor de uma longínqua escola do interior do Piauí. Mas tal é o que ocorre, ou o que, segundo a lei, deveria ocorrer. Na prática, porém, não ocorre nada. Simplesmente os processos vão se acumulando, criando-se na periferia do Conselho uma vasta e corrosiva advocacia administrativa, que terminou por institucionalizar-se.

A modernização do ensino deverá começar pela modernização das instituições superiores encarregadas de geri-lo. Há um profundo vício e uma grave acomodação nesse nível, acarretando a resistência à mudança.

Neste contexto, a decisão de eliminar a gratuidade do ensino superior afigura-se-nos mera amenidade. Concordamos com a ideologia

dessa decisão, no sentido de que, nas condições atuais, a gratuidade é uma distribuição de renda ao inverso, mas não cremos que, dada a dimensão e a profundidade das deformações que afetam o setor, essa medida isolada se justifique e renda algum proveito. Há muito o que fazer, e alegra-nos pelo menos constatar que o Ministro Eduardo Portella tem revelado aguda percepção da problemática.

COMEÇO DE CONVERSA

Ministros recém-chegados à Pasta da Educação costumam levar um susto ao enxergarem, afinal, o quadro que têm de administrar. Em palestra na Escola Superior de Guerra, o Sr. Eduardo Portella transmitiu essa perplexidade ao informar que o nosso sistema educativo, por problemas como a repetência e a evasão, não atinge 25% da população brasileira entre 7 e 14 anos de idade.

Esse quadro dramático valoriza a tomada de posição do Ministério em relação a pontos delicados como o do ensino pago nas universidades oficiais.

Eis um tema a ser debatido, mais com a razão do que com a emoção, que perturba, por definição, a troca de idéias; e um amplo debate nacional é o que o MEC deve e vem propor a esse respeito.

O argumento neste sentido é cristalino, e foi veiculado pelo Ministro na mencionada palestra. O sistema de ensino hoje existente no País é gerador de privilégios, porque o aluno de maiores recursos paga o melhor colégio de segundo grau, vai para o melhor *cursinho* pré-vestibular e escolhe a seu gosto a melhor universidade federal. Acontece então o paradoxo de ver-se chegar em carros do ano o corpo discente de uma universidade gratuita, enquanto o aluno carente, que não dispôs de um bom secundário ou de outras complementações pedagógicas, é empurrado muitas vezes na direção das universidades particulares, de ensino pago, por se terem esgotado as vagas na rede oficial.

O paradoxo aumenta quando se sabe, por informação do Ministro, que as despesas do ensino superior gratuito vão a Cr\$ 41 mil anuais por aluno — verba consumida, em muitos casos, com quem não necessitaria dela, roubando-se recursos que estariam mais bem empregados na melhoria do próprio sistema universitário ou no tratamento de urgência que se torna necessário no ensino básico.

Neste sentido, é um mínimo de coerência o que transparece na afirmação do atual Ministro de que "é preciso universalizar a educação fundamental", o que implica, entre outras coisas, oferecer atendimento sócio-cultural adequado às populações da periferia das grandes cidades, atingidas desde o início por uma tremenda desvantagem.

Jornal do Brasil, 19/7/79.

O debate, conduzido em espírito democrático, poderá dissolver o preconceito emocional que persiste em torno deste e de outros assuntos, prejudicados por anos de autoritarismo. Não se trata de retirar ao aluno carente a oportunidade que lhe era oferecida de ir até o fim dos estudos sob o patrocínio do Poder Público. O que é preciso é encontrar fórmulas — e há várias — de fazer com que esse privilégio não seja esbanjado com quem não precisa dele, num país que nem sempre tem o suficiente para assegurar a todos o mínimo de instrução e atendimento.

A decisão do MEC é corajosa, além de lúcida, e só encontrará portas fechadas da parte de quem raciocina por chavões e se alimenta do preconceito e do emocionalismo.

PROGRAMA DO LIVRO

O Programa do Livro, recentemente lançado pelo Ministério da Educação e Cultura, abrange toda a problemática da matéria, como era de esperar da tríplice experiência de leitor, editor e administrador universitário, exemplificável no titular da Pasta. Evidente por si mesma, a relação entre a desimpedida circulação do livro e o desenvolvimento cultural, base dos outros aspectos do progresso, impõe a devida consideração do lado prático, irrecusável na função que lhe compete.

Essa deflui suavemente do ângulo puramente teórico. A visão correspondente há de nortear a política da cultura. Nunca faltaria ao Prof. Eduardo Portella, que veio da direção de uma faculdade de Letras para o Ministério. A posição no magistério e na administração universitária já o qualificava para lidar com a disseminação das idéias enfeixadas em volumes. Ao cabo, delas depende tudo o mais.

A difusão do livro constitui o ponto de partida, depois do nascimento, autoria e edição. Ora, até as grandes editoras, quanto mais as menores, naturalmente mais numerosas, encontram na distribuição dificuldades de várias ordens. As publicações oficiais e oficiosas também as enfrentam. Seria então o caso de estudar, com o Instituto do Livro e outros órgãos do MEC, maneira de obviar semelhantes entraves. Dessa providência depende a venda, ato final do esforço para levar o livro à inteligência e à sensibilidade do leitor. Muito importa o controle de firmas idôneas que o coloquem eficientemente. Não menos relevante é poder contar com pessoal capacitado, nas livrarias. Trata-se de mercadoria como qualquer outra, a exigir conhecimento mínimo da sua natureza, para induzir o eventual comprador a rapidamente adquiri-la. O cumprimento dessa exigência revela-se tão raro quanto a segurança comercial na distribuição. Por tudo isso, compreende-se que o primeiro item do Programa do Livro se resuma em "difusão, distribuição e venda".

O segundo reforça antigo propósito das administrações anteriores: a presença de uma biblioteca pública, em cada um dos 4.500 municípios brasileiros. Só essa providência, tornada realmente efetiva, ga-

rante o pagamento das despesas com uma edição de razoável tiragem. Está nesse ponto, como se sabe, o principal no que diz respeito ao livro, dos direitos autorais ao salário do gráfico, passando pelo retorno justo do capital de editores e livreiros.

A terceira meta do programa faz referência à exportação. Será, naturalmente, para os demais países de expressão portuguesa. Há de contar com a contrapartida da reciprocidade. Cumpre incentivar, em igual medida, a entrada de livros impressos em Portugal. E não só essa importação, ainda precária, ter-se-ia de levar em conta, também a de todos os livros estrangeiros. Nela reside a indispensável ampliação e diversificação da cultura nacional. No entanto, está-se criando toda a sorte de embaraços aduaneiros, bancários e burocráticos, até ideológicos. aos livros e revistas impressos fora do País, o que positivamente não pode continuar, em nação que se deseja realmente democrática. compreendem-se as restrições no terreno da importação, mas não se pode tolerar a falta de uma exceção que venha a contemplar a indispensável produção de autores estrangeiros.

A CORAGEM DO MINISTRO

Foram incisivas as declarações do Ministro Eduardo Portella, quarta-feira última, na Universidade Mackenzie, em São Paulo: "O ensino no Brasil chegou a um impasse tão grande que nem mesmo os projetos técnicos mais aprimorados atingirão seus objetivos enquanto a política salarial não for reformulada".

Poucas vezes um Ministro da Educação e Cultura assumiu com tanta clareza e sem temor das responsabilidades um problema tão importante. Um problema decisivo para o destino do ensino médio e para a realização eficiente das instituições universitárias.

Sejamos claros. A última reforma do ensino brasileiro veio enfeitada com retalhos, os mais multicoloridos possíveis, de sistemas estrangeiros e experiências desfocadas da nossa realidade. Isso terminaria anulando toda a boa vontade e interesse dos reformadores — o que, em nenhum momento, estamos questionando.

Tomemos um exemplo irresponsável, com referência ao ensino de Segundo Grau, a profissionalização universal e compulsória. Quem, ao par de nossas circunstâncias, poderia a ela se contrapor? Entretanto, o seu custo e a falta de agressividade governamental na sua implementação terminaram esvaziando a mais necessária e urgente das nossas reformas pedagógicas.

O caso da Universidade é outro, bem característico. Durante longo tempo se acenou, falou, divulgou, prometeu o equacionamento da questão salarial dos mestres. Quando a lei, enfim, foi promulgada, uma imensa desilusão ameaçou afogar em pessimismo e desânimo os quadros docentes do País. A situação, hoje, é, praticamente, insustentável. com raras exceções, o magistério superior se tornou o que, popularmente, se chama um **bico**, nem mais nem menos do que um **gancho**.

A pergunta é: pode-se pensar em ensino sem a dedicação integral do professor? Num ensino polarizado em torno de um mestre angustiado, subdividido em mil outras ocupações, sem possibilidade de se aperfeiçoar e aprofundar-se? Essa questão já foi, academicamente, discutida e rediscutida. A resposta melhor e mais direta que a ela se pode dar é o exame e diagnóstico da nossa universidade atual.

Diário de Pernambuco, 14/9/79.

Outra pergunta, também, é pertinente: que tipo de desenvolvimento estamos pensando, convivendo com uma educação de segunda ou terceira qualidade?

O Ministro Eduardo Portella teve a rara coragem de dizer a coisa pelo seu exato nome. Esperemos que o seu gesto não se perca no vazio e a sua pregação não tenha sido feita no deserto.

CULTURA E EDUCAÇÃO

Já que não é possível, no momento, situar em duas pastas os ramos complementares do Ministério da Educação e Cultura, compreende-se que o Prof. Eduardo Portella faça empenho em integrar a primeira área no âmbito da segunda. Troca em miúdos a grande idéia que expendeu em entrevista à imprensa, concedida no dia 6 de julho do ano passado, quando já se falava na sua escolha para as altas funções que exerce. Nessa ocasião, afirmou: "Acho a cultura mais importante do que a educação: educação é um mecanismo da cultura".

A primazia, estabeleceu-a claramente. Pertence à cultura. Considerada no lato sentido antropológico, ou seja, o ser, o fazer, o viver da comunidade, serve-se do instrumento que a identifica, preserva e expressa. Se a tomarmos estritamente como sinônimo de noções e conhecimentos, não prescinde dos meios que a tornam efetiva. A instrumentalidade da educação é que lhe confere variedade. Seus limites ultrapassam os recursos da escola: abrangem os veículos de comunicação de massa, alcançam muitas outras agências educativas. Transcende a escolaridade, ainda quando circunscrita à função de meio para determinado fim — a posse de noções e conhecimentos, outros tantos bens culturais. Instrumento ou meio, a educação realiza os objetivos da cultura. O desenvolvimento cultural constitui o objeto próprio na perspectiva da criatividade, sem descurar a importância da contribuição popular.

O principal é fazer-lhe o diagnóstico, nas diferentes regiões do País. Depois, cumpre enfeixá-lo no todo, respeitada a unidade na variedade. Nem há melhor maneira de encaminhar a preservação e o progresso de tais valores. Integrados, de maneira autêntica, na educação que os deve dinamizar mediante a interpretação do universo a que serve, a eficácia do ensino, de cuja falta se queixa com inteira razão, só dependerá dos métodos e dos processos pedagógicos, aplicados por quem estará em condições de cumprir a delicada e árdua missão de ensinar. Pode cifrar-se nisso o papel distribuído aos educadores.

Reúnem-se em Vitória, em encontro regional, os que militam em

Estado de Minas, 18/9/79.

Minas, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Irmana-os a manifesta afinidade, caracterizadora do Ministério que os convoca. Aspiram a contribuir para a inserção da cultura no ideal e nos processos educativos. Indicarão, se a exigüidade do tempo não frustrar as intenções, as maneiras de pôr em prática os propósitos do titular da Pasta, em documento onde se pretende condensar as conclusões alcançadas em cada reunião regional e no encontro nacional, que se realizará em Ouro Preto.

Daqui, irão membros do Conselho Estadual de Cultura, à frente a pintora Sara Ávila que o preside, e o coordenador de Cultura, Prof. Paulo Campos Guimarães, acompanhado de assessores, além de técnicos da Secretaria de Educação. Todos se compenetram da responsabilidade que lhes pesa sobre os ombros, pelo que se espera da tradição pedagógica de Minas, sempre inclinada a comunicar equilíbrio ao ímpeto renovador.

CREPÚSCULO MENTAL

Protesta o Ministro da Educação contra os rótulos que obcecaram o intelectual brasileiro e acrescenta que "o hábito de conviver com a crítica precisa ser urgentemente recuperado".

Refere-se o Sr. Eduardo Portella a problema que atinge também a área política e que se resume na ausência de diálogo verdadeiro. Os políticos, entretanto, quando se mimoseiam com epítetos, têm alguma atenuante que é a própria paixão da luta: na política há sempre quem vence e quem perde, quem está a ponto de impor-se ou de ser superado.

A transposição desse maniqueísmo para o plano intelectual, onde ele é a própria negação da inteligência, a glorificação da *opinião*, deve-se, em parte, ao período *ideológico* que nos cabe viver como uma das vicissitudes da história humana. O elemento perturbador da ideologia — no seu sentido vulgar — é o fato de que ela combina dados intelectuais com uma proposta de ação. A vontade de agir traz em consequência um enrijecimento mental mais ou menos pronunciado — e temos então o caso dos sistemas políticos totalitários que recusam a própria evidência para não enfraquecer os princípios em que se baseiam.

O caso brasileiro, que preocupa com justiça o Ministro da Educação, talvez esteja, ainda, mais ligado a uma simples atrofia cultural. Uma evolução intelectual incompleta é o terreno fértil para a monovalência mental. Quem não está acostumado ao jogo das idéias desconhece que uma idéia raramente vale por si mesma; que ela é, normalmente, apenas a porta aberta para uma sucessão de desenvolvimentos, onde tanto pode ser rejeitada pela realidade como ganhar impulso extraordinário por aportes que a enriqueçam.

Não conhecendo as regras desse jogo, o espírito ingênuo pode ser capturado pela primeira idéia que lhe atravesse o caminho; por falta de contrastes e de anticorpos, essa idéia pode crescer — tende até a crescer — no rumo da idéia fixa. Chega-se então ao fanatismo.

Períodos de obscurantismo ainda agravam artificialmente esse quadro. E não é sem razão que o Sr. Eduardo Portella preocupa-se com a qualidade do nosso debate. Cabe-lhe, a esse respeito, tarefa insubstituível. O MEC deve liderar o espancamento das trevas.

Jornal do Brasil, 4/10/79.

HORA DO PROFESSOR

É sempre alvissareiro ouvir falar em valorização do professor — classe que se sabe ter perdido em prestígio e em remuneração com o correr dos anos, a ponto de ter-se tornado quase sinônimo de proletarização intelectual.

O projeto do MEC encaminhado ao Presidente da República tem, de início, conotações muito práticas: Estados e Municípios, financeiramente esvaziados, estão afundando ao peso dos encargos educacionais — como se tornou pateticamente evidente na última greve de professores do Rio de Janeiro.

O fundo especial a ser constituído pelo MEC, que se quer utilizar já em 1980, apresenta-se como uma espécie de salva-vidas para os naufrágios mais sérios - com a intenção de atender prioritariamente às Prefeituras e Secretarias de Educação mais carentes, como as do Norte e Nordeste.

Não se fala, o que é bom, na criação de novos tributos, que seriam impertinentes, mas em novas formas de utilização de tributos já existentes, e em recursos não ortodoxos como os da loteria ou do **loto**.

O Fundo é certamente bem-vindo, e necessário - sobretudo enquanto não se chega à reforma tributária que alterará o relacionamento entre a União e as diversas unidades da Federação. Resta saber de que maneira se evitará — como promete o MEC — que ele seja apenas um "mecanismo, piedoso". Não se pode, com efeito, melhorar a situação do professor sem que isto esteja relacionado com a melhoria geral do ensino: para maus alunos, é escusado ter bons professores; como não se podem manter bons professores sem que surjam recursos para o ensino. E essa captação de recursos não depende apenas do orçamento federal: depende da dinamização do setor educativo, do seu compromisso com a eficiência e com a qualidade.

O DESAFIO DA VIABILIDADE

Na ciranda de boatos sobre queda de ministros, que acompanha o Governo Figueiredo desde o dia de sua instalação, o titular da Pasta da Educação foi escolhido como tema do estribilho conjuntural. Para alguns órgãos de divulgação, como é o caso da revista *Veja*, o cargo de Portella já estaria praticamente vago, à espera apenas da nomeação de seu sucessor.

Politicamente, não há como negar, a posição de Portella é a mais frágil dentro do Ministério. Ele não é do grupo do Delfim, não é do grupo mineiro, não é do grupo palaciano. Na verdade, trata-se de um corpo estranho dentro da atual estrutura de poder e, ao mesmo tempo, de uma espécie de álibi para as intenções democratizantes do regime.

A indicação e a aceitação de Eduardo Portella para o Ministério da Educação parecem ter fugido a todos os critérios que informaram a escolha dos demais ministros. Tratar-se-ia, pelo que se presume ainda hoje, de estabelecer, na hora da abertura, uma ponte de honorabilidade inquestionável, entre o regime e os intelectuais, os manipuladores de símbolos. Os longos e penosos anos de censura e repressão ideológica empurraram os intelectuais para uma atitude de repulsa compulsória ao regime e criaram, nos sucessivos governos revolucionários, a convicção de que os artistas, os escritores e os jornalistas constituem um continente invadido e ocupado por interesses ideológicos alienígenas. Portanto, um continente inimigo. Durante o Governo Geisel, o Ministro Ney Braga conseguiu atrair para um diálogo sem ressentimentos, e até mesmo para uma colaboração efetiva, o pessoal do cinema. Foi o bastante para que outros segmentos da intelectualidade brasileira olhassem o pessoal de cinema como um grupo que se rendera ao Governo, por causa de verbas oficiais. Essa aproximação, por outro lado, custou ao Ministro Ney Braga algumas suspeitas de condescendência com as esquerdas.

com Eduardo Portella, as coisas se colocam de outro modo. Trata-se de um escritor e de um educador com conceito definido dentro da comunidade intelectual., que nunca se deixou seduzir por radicalis-

Correio Braziliense, 16/10/79.

mos nem por ressentimentos ideológicos infantis. Também nunca se prestou a engrossar o coro dos caçadores de bruxas, cuja safra, nestes últimos quinze anos, foi das mais profícuas. Um liberal no amplo e honesto sentido da expressão, ele é o homem da utopia — do lugar nenhum — numa sociedade que se compraz em cultivar ódios, em arregimentar patrulhas para todas as horas e para todas as finalidades.

Consideramos até natural que seu caminho fique juncado de suspeitas de ambas as margens da controvérsia ideológica. Ele paga por ter cão e paga por não ter cão. Olhado como colaboracionista por amplos setores das esquerdas delirantes e como um cavalo de Tróia dentro dos muros do Governo pela direita mais radical, Eduardo Portella tornou-se um alvo fácil, porque imóvel (no sentido de que não procura bandear-se para este ou para aquele lado), para quantos tenham interesse na fervura do caldeirão ideológico. Sua proposta política é no sentido da desintoxicação de espíritos e pelo aumento do consumo de bens culturais onde a taxa de marginalidade da população brasileira é das mais altas do mundo.

Curiosamente e olhado por essa perspectiva, o mais frágil dos ministros deveria se tornar, se os tempos são verdadeiramente de abertura, no mais poderoso instrumento de persuasão do Governo Figueiredo. Justamente porque Portella chegou ao Governo desarmado e com a mão estendida para todos. Daí porque sua trajetória, como Ministro, passa a interessar a quantos se preocupam com a viabilidade de um novo pacto entre o regime e os intelectuais. Mais do que em qualquer outro sítio do poder, é no Ministério da Educação e na pessoa de seu titular que o Governo Figueiredo parece interessado em regar essa plantinha tenra que é a democracia.

O ENSINO RURAL

Tem toda razão o Ministro Eduardo Portella ao reconhecer, quase com desalento, a extrema deficiência do ensino brasileiro, o qual se manifesta agudamente em todos os seus níveis, do primeiro grau à universidade. E o desalento, que ele não exprimiu, mas seguramente sentiu, justifica-se quando contemplamos o cenário das aflições do País, que é de tal modo variado e tão prenhe de demandas de curtíssimo prazo, que não vemos como se possa enfrentar o desafio de resolução difícil, lenta e cara como o é o do ensino.

O problema da educação é seríssimo. Basta apalpar os números oferecidos pelo próprio Ministro e se terá a medida da opção quantitativa que se fez nos últimos quinze anos no País: tínhamos 124 mil alunos em 64 e subimos para 1 milhão e 500 mil alunos agora, e a pressão de demanda continua porque a política do ensino tem estado voltada para a simples oferta de vagas, sem nenhuma preocupação séria com a sua adequada utilização.

Há que parar um pouco agora para uma reflexão profunda, acerca dos rumos que estamos seguindo, antes que o sistema sucumba ante o próprio gigantismo.

A primeira questão que, a nosso ver, se impõe, uma vez que é necessário administrar a pobreza selecionando prioridades, é a reorientação do ensino rural, um dos instrumentos mais poderosos com que contamos hoje para o inchamento das cidades. Não temos uma ideologia de ensino rural, nem sequer uma estrutura curricular adequada ao tipo específico dessa demanda. Aplica-se nas escolas rurais o mesmo padrão de ensino, o mesmo material didático, a mesma linguagem da escola urbana, inoculando-se na mente do pequeno camponês um conjunto de valores que, absolutamente, não está presente na sua dimensão sócio-cultural. "O avião, o automóvel, a televisão, o cinema, o jornal são todos elementos de grande *appeal* que seduzem inexoravelmente a imaginação de uma criança, cujo mundo se resume a um cenário bem mais restrito, mas nem por isso necessariamente pior do que aquele onde vivemos. O resultado é a pressão que a criança passa a exercer sobre a família em favor do êxodo em direção às cidades, o eldorado que o livro didático lhe mostrou.

Jornal de Brasília, 7/11/79.

Há que adequar a linguagem do ensino à realidade cultural, onde ele se aplica, porque a educação não é um exercício intelectual teórico, é, fundamentalmente, um instrumento da economia, um fator de produção. Tal como está sendo implementada no campo, erige-se em poderoso conduto de êxodos ou frustrações.

MITO UNIVERSITARIO

Ótimo seria que a advertência lançada pelo Ministro da Educação na 7ª Reunião de Diretores de Escolas Técnicas Federais, que se realiza em Fortaleza, contra o "mito ingênuo da universidade", fosse bem compreendida e levada a sério. A força desse mito, que muito tem a ver com a preocupação bacharelesca introduzida no Brasil mesmo antes do Império, pois remonta aos tempos da colônia dado ao atrativo então irresistível representado por Coimbra, parece cada vez mais firme, a despeito das transformações sociais e econômicas que a nação tem experimentado. As tradições, nesse caso brasileiro, apesar de caducas, afiguram-se pela sua influência psicossocial mais vigorosas que a própria realidade que nos cerca.

Há necessidade urgente de renunciarmos ao mito, clama o Ministro Eduardo Portella. E, certamente, não encontrará discordância a respeito. Todos estão convencidos de que se impõe o despovoamento das universidades em proveito do povoamento das escolas técnicas e dos cursos profissionalizantes de nível médio. Na verdade, os cursos superiores hoje no Brasil estão congregando centenas de milhares, milhões até, de estudantes que se sabe serem candidatos ao desemprego, porque o mercado de trabalho não os comporta a todos e, lamentavelmente, às vezes, considera dispensável o concurso da maior parte em virtude das gritantes deficiências que a sua formação revela.

As universidades multiplicaram-se e ampliaram a sua estrutura, mediante uma conjugação de esforços do governo com a iniciativa privada. Sob esse aspecto, houve um avanço sensível de 15 anos até agora, mas teria sido preferível que nem tanto crescesse o aparelhamento universitário, já que, como conseqüência, o ensino decaiu bastante em qualidade. O ideal teria sido graduar a aplicação de recursos, de forma a compatibilizar a expansão da rede de escolas superiores e a preservação, ou evolução, dos processos de aprendizagem, reservando ao mesmo tempo disponibilidades para investimentos reclamados nas áreas de especialização de nível médio. O mercado de trabalho, aliás, se está fechado ou inexistente para os titulados, mostra-se ávido pelo concurso dos profissionais de grau intermediário, preparados pelas escolas técnicas e suas assemelhadas.

Estado de Minas, 11/11/79.

É preciso evitar no Brasil o predomínio das coisas subjetivas sobre as objetivas, ou seja, torna-se imperativo uma mudança rápida de mentalidade, conforme afirmação do Ministro da Educação. Quem melhor do que ele para dar o sinal de partida? A situação que surgiu no Brasil nos últimos tempos é de responsabilidade, quase exclusiva do governo. Então, que trate logo de descobrir os corretivos, através do recondicionamento e redimensionamento das estruturas básicas do edifício educacional.

UNIVERSIDADE E MITO

O Ministro Portella — o da Educação — depois da indispensável mexida que está prometendo no ensino brasileiro armado de intenções, sem nenhuma dúvida, salutares, parece que se dispôs, efetivamente, a tomar, como se diz, o pião na unha. Da decisão tomada acerca da mudança de estilo nos vestibulares, fez agora declarações que ecoam oficialmente inusitadas desde muitos anos no âmbito da problemática educacional brasileira.

Disse e proclamou em alto e bom som — é verdade que aquilo mesmo dito há muitas décadas, sobre o ensino de grau superior no Brasil e que somente visa ao título ou mocotó doutorai — que cada vez mais se torna mais necessário que se renuncie "urgentemente ao mito ingênuo da universidade". "Mais ainda: que a universidade brasileira está superpovoada, com uma densidade demográfica recordista, de um milhão e meio de alunos, constantemente formando desempregados, enquanto os mercados intermediários do Brasil continuam em aberto, reclamando por profissionais formados pelas escolas técnicas".

Diga-se que é chocante semelhante quadro, exatamente num país como o nosso, carente, de maneira crescente muito mais de gente diretamente capaz de fazer e de realizar, do que mesmo precisada de pensar em substratos ou essências apenas indispensáveis em áreas de especialização não tão vastas como chegam a presumir conceitos antiquadíssimos do que seja estudar para servir e para servir-se.

Na verdade que impermite sofismas, o ensino profissional é que se deverá transformar, cedo ou tarde, na primeira meta ou preocupação de quem quer que venha, agora ou amanhã, gerir e comandar as relações do ensino no Brasil que se antevê no futuro. É uma imposição, mesmo intransferível no contexto educacional do Brasil, mudar de uma vez por todas a tendência bacharelesca que nos acomete sempre, em prejuízo do ensino técnico, que não cuida, afinal, de subjetividades geralmente pouco construtivas do ponto de vista do que deve ser objetivo para o futuro brasileiro.

Então, o que cabe evidentemente é buscar o redimensionamento das estruturas básicas dos padrões nacionais da educação, uma vez

Diário de Pernambuco, 12/11/79.

que para o titular do MEC estas "são o ponto vulnerável do edifício educacional brasileiro".

Está entendido, daí, que sem uma política nova sob tal aspecto não deixaria a universidade de ser aquele mito atrás do qual dispara fascinada a classe média de nossa sociedade, inflacionando a cada ano o universo dos desempregados mal formados em ramos mais ou menos teorizantes, enquanto em áreas amplamente técnicas se reclamam profissionais e competências erigidos e preparados por escolas e cursos precisamente especializados.

Certamente que está urgindo renunciem muitos jovens ao mito meramente universitário. Até porque na presente conjuntura não é muito o que pode oferecer a nossa universidade agora em plena crise, como vem de afirmar em entrevistas a esta folha, recentemente, jovem professor da Fesp.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A circular do Ministro da Educação sobre a formação de professores de primeiro e segundo graus tem o mérito da franqueza. Talvez por isto, pela primeira vez se revela oficialmente, em toda a sua extensão, a triste situação de um setor vital do ensino no País.

Sem professores à altura, a escola é medíocre — e como o primeiro e o segundo graus compreendem toda a educação formal que a grande maioria da população recebe, torna-se inevitável concluir que é medíocre a formação para a vida e para o trabalho do cidadão brasileiro em geral. E a pequena parcela que tem acesso à universidade não tem como escapar da mediocridade — nem da que trouxe dos bancos do ginásio, nem da que a espera nas salas da faculdade.

com razão o Ministro Eduardo Portella define o setor como a viga mestra "para a configuração de um sistema educacional consistente e democratizador". Lamentavelmente, a viga está carcomida.

O próprio ministro o prova. A situação dos cursos de licenciatura é "de quase abandono". Os professores sistematicamente desencorajam de segui-los os poucos alunos que os escolhem; e eles próprios nem sempre são os mais indicados, "em termos de domínio de conteúdos e de métodos pedagógicos, quando não se escolhem decididamente os menos capazes".

Professores à parte, há o caso do currículo. Segundo o diagnóstico do MEC, ele mal reproduz os padrões mínimos fixados para todo o País, sem qualquer inovação ou acréscimo para ajustamento a condições regionais. O resultado "é quase o currículo uniforme, que impede todas as soluções de maior flexibilidade".

Finalmente, não existe qualquer articulação entre os cursos de licenciatura e os órgãos estaduais e municipais de ensino, embora sejam estes os grandes empregadores dos profissionais formados pelo cursos. Mas os programas são elaborados sem participação das Secretarias de Educação e resultam artificiais, falsos.

E, como os projetos de pesquisa se destacam pela "escassa frequência", os currículos acabam oscilando entre a improvisação e a cópia de receitas estrangeiras.

O Globo, 18/11/79.

"Num tal contexto", conclui o Ministro da Educação, "será impossível alcançar algo de efetivo no sentido de uma autêntica educação brasileira".

A honestidade da análise é um dado positivo: nenhuma atitude conduz com mais facilidade à solução de um problema do que a plena consciência de sua gravidade.

A própria circular enviada por Portella a todos os reitores do País representa outra razão de otimismo, mesmo que modesta: ela enfeixa uma série de recomendações genéricas — do tipo "procurar atrair docentes mais bem qualificados" e "promover e incentivar estudos e pesquisas" — que darão frutos, ou não, dependendo da reação dos destinatários.

O que o MEC se propõe a fazer é apoiar e incentivar as iniciativas tomadas pelas universidades, mas deixa claro que a elas cabe resolver o problema da formação de professores.

Tem a universidade brasileira como um todo condições de responder ao desafio? Um certo pessimismo se justifica, pois não resta dúvida de que lhe cabe substancial parcela da culpa pelo baixo nível e pelas distorções dos cursos de licenciatura. No momento em que as autoridades federais se revelam conscientes de tudo que há por fazer — e agem concretamente em outra área, não menos importante, a da remuneração do professor — as responsabilidades de reitores e congregações tornam-se, se não maiores, pelo menos mais nítidas.

Cabe-lhes agora conscientizar-se de que a situação é crítica, e, com esse estímulo, reagir, de alguma forma, ao gesto do Ministro da Educação. Neste momento, a inação e o desinteresse tornam-se inadmissíveis e sujeitos à cobrança implacável por parte da opinião pública.

ERRADO NA BASE

O Ministério da Educação dispõe-se mesmo a enterrar os quadrinhos e risquinhos da livre-escolha, "sepultura dos conhecimentos", como lhes chamou o Prof. Eduardo Portella antes de assumir a espinhosa pasta. Ainda bem. Essa ilusão do tecnicismo já fez todo o mal a seu alcance: absorveu esforços e preocupações docentes, contribuiu para deformar e bitolar a mentalidade do estudante, revelou-se meio conducente a seleção para baixo, como demonstrou o padre Vasconcelos, ex-presidente do Conselho Federal de Educação. Será abandonado o processo que falhou redondamente, a partir de 1981.

Claro que a providência, só por si, não vai debelar a crise do ensino. O Ministro é o primeiro em proclamá-lo. As insuficiências e deficiências estão, segundo ele, "nas estruturas básicas". para elas não de convergir as atenções do Ministério, no que diz respeito às reformulações mais urgentes.

Devem cifrar-se nas providências relativamente simples, diga-se, embora tudo seja complexo em matéria de educação. Assim, avulta a idéia de ser o pré-primário, nunca luxo de gentílica, ao que já se afirmou erradamente, mas necessidade ainda maior entre os desfavorecidos da fortuna. Carecem de socialização indispensável, já que lhes falta a própria alimentação. Mais: se o Estado jamais alcançou cumprir a obrigação constitucional de proporcionar ensino primário a todos, pouco adianta ampliar-lhe a duração. A fria divisão em graus está encobrendo a correta delimitação do realmente fundamental.

Já se disse "sair pronto", para designar a situação de quem recebia o diploma no 4º ano do grupo escolar. Significava ler, escrever e as quatro operações, além do essencial de História, Geografia e Lição de Coisas, que ninguém se atrevia a qualificar de Ciências. Ora, o ensino primário já não consegue tanto, nem muito menos. Não só porque se emprega o precioso tempo em treinar as crianças nas sutilezas e ardis da malfadada habilidade, com vistas ao vestibular universal e obrigatório, mas por ser impossível conhecer o aluno, em turmas enormes e mal acomodadas. A mesma inflação quantitativa quase inutiliza a fase secundária. Cada um dos períodos da escolaridade tem

Estado de Minas, 14/12/79.

o fim em si mesmo, são autotélicos. Havendo condições para o cabal cumprimento de objetivos adequadamente fixados, o vestibular perderá a excessiva importância bélica, que hoje se lhe atribui. Dentro da legislação em vigor pode até chegar a ser supresso, como aconteceu a outro espantalho — o exame de admissão.

A libertação dos denominados testes de livre escolha constituirá apenas o primeiro passo, o mais urgente de todos. Certamente o dará o Prof. Eduardo Portella, agora com a experiência enriquecida pelos debates da Conferência Latino-Americana de Ministros da Educação e do Planejamento, da qual foi eleito primeiro vice-presidente.

O DESAFIO DA EDUCAÇÃO

O Ministro Eduardo Portella, da Educação e Cultura, voltou a abordar temas, da mais alta relevância, no discurso que pronunciou, ao inaugurar o Encontro Nacional de Professores, ora em realização na capital do País. Duas teses levantadas mereceriam ser assinaladas.

O Ministro volta a defender um conceito que nos é muito caro, a qualificação do ensino é a primeira tese: "O desenvolvimento social e humane do País só será alcançado à medida que o Brasil saiba pagar o preço da qualidade. Se nós não formos capazes ou se não desejarmos pagar este preço o milagre passa a ser uma mentira e o avanço não deixa de ser um retrocesso".

Pôs-se em circulação, entre nós, demagógicamente, que combater a elitização do ensino superior — como se dizia — era abrir a universidade para todos, ricos e pobres — o que é certo — e sábios e ignorantes - o que é errado. A universidade que faça preferências pela fortuna é tão condenável como a que faça discriminação pela cor. O sentido de elite para a universidade só pode ser um, a força da inteligência, a dimensão do espírito. Sob este prisma, ou ela se resgata da massificação deformadora, ou restará um pobre espantalho do que poderia ter sido um poder renovador de nossa realidade. A coragem de qualificar é o desafio que tem derrotado ou exaltado os ministros que se recusam a ser meros assinadores de expedientes no cartório da educação nacional.

A outra tese do Ministro Portella fala por ela mesma: "Se queremos realmente construir um país, temos que aprender a valorizar os operários desta construção qualificada que são os professores. Mas para que esta valorização não caia numa retórica de valorização, que os governos e as classes dirigentes costumam exercitar com certa frequência e quase com um certo delírio eleitoral, é fundamental que nós saibamos que a valorização terá de começar pela dignificação salarial do professor".

Não há nada a tirar nem acrescentar. O Ministro foi preciso e justo no seu diagnóstico, É tempo de se pôr um ponto final na estranha teoria de exaltar a Educação e esquecer o educador, promover o

Diário de Pernambuco, 21/1/80.

Ensino e negligenciar o mestre. Em qualquer um dos seus níveis — o Médio, o Superior, o Pós-Graduado - não existe falácia maior do que pensar em termos de qualificação, com um professor humilhado pela quase miséria salarial, reduzido e desprezado em sua função de formador de gerações, tendo de se desdobrar em atividades paralelas para poder oferecer à família o mínimo de dignidade material, compatível com seu grau de conhecimento e a função que exerce.

Realmente, ignoramos até onde o Ministro Portella terá força para dinamizar as suas idéias. Registre-se, porém, a coragem e a decisão das mesmas, coisas raras de serem encontradas nos gabinetes do poder.

SEGREDO ABERTO

Não se deve perder de vista a importância específica da entrevista concedida pelo Ministro da Educação ao *Jornal do Brasil*. Ali está dito, finalmente, o que estava no ar, e o MEC parecia ser o último a saber.

O que se, inaugura com as declarações do Sr. Eduardo Portella é, pelo menos, uma tentativa de tratar a educação por si mesma, na sua verdade própria, quando antes ela era arrolada num contexto necessariamente otimista — pois o Brasil caminhava para ser uma grande potência, e o simples crescimento vegetativo do ensino era tido como suficiente para fornecer *quadros* a esse processo de expansão.

O Brasil continua a crescer; chegaremos, quem sabe, a ser um dia uma grande potência; mas a *idade da inocência*, da euforia, está encerrada. Referindo-se à educação brasileira, diz o Ministro Portella que "o modelo vale o que vale o seu resultado; e o resultado foi nulo". E acrescenta: "Se realmente admitimos que a educação é basicamente um esforço de qualificação, é preciso que saibamos que a qualidade tem um preço, e que ela é um produto caro. Ou nos dispomos a pagar realmente esse preço ou, simplesmente, passamos a falar de outras coisas".

O regime inaugurado, em 1964, talvez não tenha sido demasiado cruel com a educação em matéria de verbas. Investiu-se muito dinheiro; criaram-se muitos cursos; financiaram-se custosos esquemas de pós-graduação e pesquisa. Há hoje mais e melhores cientistas em atividade no Brasil do que há 10 anos.

E com tudo isso, por falta de critério, o sistema educacional está falido. "O ensino básico foi liquidado nos últimos 20 anos", diz sem rodeios o Ministro da Educação. O MEC parece descobrir o que estava mais ou menos no ar, como um segredo aberto: a expansão patológica do ensino superior, por conivência ou complacência dos responsáveis, agiu como uma bomba de sucção sobre um ensino fundamental que nunca foi muito consistente. Se o País se precipitava para um destino glorioso, por que pôr freio às ambições? como na França de Napoleão, fizeram-se carreiras e fortunas do dia para a noite —

Jornal do Brasil, 22/1/80.

investindo na educação. Cursos abriram as portas a cada esquina; e uma instituição universitária do Rio chega a ter, hoje, a seu cargo, 6 mil estudantes de Engenharia.

Nessas condições, para que dar mais atenção que o necessário, por exemplo, ao triste ensino médio, convertido em simples ponte entre o primário e a universidade?

Essa ponte, por absoluto descaso, afundou; e, como o ensino médio já não preparava a contento, foi pouco a pouco substituído pelos *cursinhos*, que jamais souberam o que fosse *educação*. Ensinavam, apenas, como passar no vestibular.

O Sr. Eduardo Portella anuncia uma de suas providências "de emergência": o MEC dirigiu uma circular às universidades pedindo que as mesmas reestruturassem as suas licenciaturas em face das necessidades do 1º e do 2º graus. É um pedido de misericórdia.

O que se levou 20 anos a destruir, entretanto, por descaso ou inconsciência, não se reconstrói do dia para a noite. É preciso, diz o Ministro, restabelecer "currículos vivos" no nível médio — não mais a colcha de retalhos do antigo ginásio, onde se aprendia tudo e não se aprendia nada, mas a base de estudos de que precisa um cidadão normal, sendo um dos itens o conhecimento da própria língua, para que através dela ele aprenda a pensar. Esses currículos, entretanto, dependem de professores mais bem pagos e mais bem preparados — em universidades dignas "desse nome. É preciso reabilitar as escolas técnicas, pois o "grande mercado é o mercado intermediário" — verdade peregrina desprezada pelos que achavam que devia haver um único curso médio, para que não houvesse *elitismo*. Mas o curso médio *profissionalizante* foi um fracasso: nem profissionalizava nem dava estofe intelectual aos que se destinavam às universidades.

A educação exige, afinal, em altos brados, a prioridade que não devia nunca ter perdido. O MEC não pode fazer tudo sozinho — e os indícios são, inclusive, de que a sua máquina grotesca e artrítica deve passar por uma séria descentralização. Mas cabe, sem dúvida, ao MEC liderar a campanha pela *verdade* da nossa educação — ponto de partida para se chegar a um mínimo de eficiência. Neste sentido, a entrevista do Sr. Eduardo Portella pode bem ser o marco inicial de uma nova fase.

UNIVERSIDADE E DEMOCRACIA

Sem deixar de reconhecer o importante papel da universidade na vida do País, o Ministro Eduardo Portella assumiu a corajosa responsabilidade de desmitificar o nosso ensino universitário, não só reconhecendo as suas deficiências qualitativas e a sua exploração mercantilista, mas sobretudo lançando o brado de que "o diploma não é fundamental".

A febre do diploma universitário recebe hoje a ducha de água fria de um mercado de trabalho que rejeita as formações profissionais basicamente acadêmicas ou até mesmo já não tem espaço para certas especialidades inflacionadas, embora muitas vezes de alta dosagem científica ou técnica.

O Ministro da Educação quer implantar uma nova hierarquia de profissões, desaquecendo aquelas que mais se exprimem pelos seus títulos pomposos do que pela sua potencialidade de desempenho prático.

Em conseqüência, um esforço seletivo dessa natureza significará o fortalecimento do caráter terminal do segundo grau do ensino e também o desestímulo à proliferação das faculdades que nos grandes centros urbanos e no interior do Brasil respondem, atualmente, por uma aviltada atividade pedagógica.

Portella está particularmente atento ao fato de que a missão da universidade não é só a de formar doutores ou fornecer diplomados para as melhores oportunidades do serviço público, mas também a de preparar líderes, líderes essenciais à boa realização do processo democrático brasileiro. Nossa universidade ausentou-se quase por completo dessa contribuição nos últimos anos, e ao retomar o País o leito da democracia parece decisivo que o estudante dirija as suas preocupações políticas muito mais para a reflexão sobre os problemas da realidade brasileira do que para a ação direta — esta tendente sempre a aumentar a excitação ideológica dentro das faculdades e a agravar o quadro de degradação qualitativa do ensino.

Cabe à universidade estimular a reflexão política, o debate em torno das nossas questões institucionais, municinando o acadêmico da-

queles elementos de raciocínio e daqueles dados concretos que lhe permitam uma avaliação responsável do quadro nacional de desafios, aspirações e perspectivas, bem como um acompanhamento compatível da dinâmica democrática.

É ilusório pensar que a abertura por si só amplia e eleva o nível de participação política do estudante. Essa melhoria de nível exige mais qualidade, algo que não brotará por geração espontânea, mas vai necessitar de grande empenho do Ministério da Educação atuando em consonância com segmentos influentes da sociedade civil.

A CULTURA E O AVAL AO GOVERNO

O projeto político de um governo define seu raio de alcance ao deixar transparecer o lugar que caberá à educação e à cultura na administração. Porque, sendo a política, tanto quanto forma de ação, forma superior da consciência do homem — em que esta ascende do individual para o interpessoal e comunitário —, afere-se a densidade e o vigor de uma política lá onde se promove e se estimula o crescimento das consciências na reciprocidade; vale dizer, no incentivo dado à educação e à cultura.

Eis por que, confiando a Eduardo Portella o Ministério da Educação e Cultura, o Presidente João Baptista Figueiredo não andou apenas atendendo a esse setor da administração com um nome conhecido e prestigiado — o nome de um técnico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), de um professor universitário e de um intelectual amadurecido; o Presidente da República incutiu dinâmica e credibilidade novas ao compromisso com a democratização do País. É o que se depreende da entrevista concedida a este jornal pelo Ministro da Educação e Cultura, uma entrevista que repercute de maneira quase inesperada sobre os propósitos do atual presidente, destacando-os da rotina e diferenciando-os dos votos abstratos e formais ouvidos de todos os presidentes do chamado ciclo revolucionário.

Eduardo Portella nos afiançou ter aceitado o encargo "comprometido rigorosamente, de corpo e alma, com a abertura". E, não fossem tão equivocados alguns conceitos ainda correntes em matéria de educação e cultura, nem precisaria ter-se identificado como um neoliberal; e lhe teria sido suficiente dizer estar à vontade na missão. Pode, com efeito, estar alguém engajado em educação e nessa corrente ainda maior que é o processo cultural, e simultaneamente opor algum senão à abertura política? Pode alguém ter apreço pela cultura e simultaneamente fazer restrições aos valores da liberdade que a criam?

Só mesmo uma tradição nefasta — e, felizmente, de origem relativamente recente entre nós — exigiu do Ministro a definição política que poderia pecar pela redundância em face da própria definição administrativa e deixar mal o crítico literário, a tradição que nos andou

O Estado de S. Paulo, 18/3/80.

fraudando a educação nacional, com a promessa ilusória de atender, em curto prazo, a um mercado de trabalho, enquadrado este, por sua vez, num esquema de produção avesso à consciência crítica e à ética do esforço humano — o esquema de produção em que a formação pessoal era tomada simplesmente como complementar à formação de capital (expresso na trilogia: recursos naturais, recursos financeiros, recursos humanos, tomados univocamente, sem hierarquia alguma); e uma outra tradição, irmã gêmea dessa, que andou querendo subordinar a educação aos interesses de um Estado autoconservador e instrumentalizar a cultura a serviço de regimes antidemocráticos (totalitários ou ditatoriais).

Essa tradição nos deu quer um Ministro da Educação voltado a uma obra de massificação ideológica (e pervertendo assim o sentido mais relevante de uma cultura popular, que repugna a qualquer massificação); quer um Ministro da Educação que media benefícios da evolução humana com o mesmo grau de abstração de quem procedesse a uma auditoria contábil, ou à avaliação dos rendimentos de um capital impessoal, como o financeiro; quer, enfim, um Ministro que traduzia o educar como polemizar, esquecido de que o azar da polêmica, da polêmica que usurpa o lugar do diálogo, é bloquear, junto com o erro, partes integrantes e substanciais da verdade rica e complexa.

Sente-se, na entrevista do Ministro Eduardo Portella, que há no horizonte uma educação que não será adestramento e de que os atuais vestibulares são reflexo; uma educação que não teme o amadurecimento do educando, nem mesmo em meio às contradições de um momento de transição e sob uma correlação de forças que faz, ainda, da abertura política um teste, e não uma opção. Sente-se que há uma cultura em vias de ser repostada em seu contexto humanístico; e, porque humanístico, libertário; uma cultura que elabore sua própria técnica, em vez de ser regida por esta, e que, para ser elaborada, exige o atenuamento constante dos desníveis sociais, sem o que não cumprirá seu papel de patrimônio e denominador comum de uma nação.

O que faltou sentir, nesse equacionamento tão exemplar de nossos problemas nacionais de educação e cultura, foram os meios e os remédios, quando equacionar problemas já é prever-lhes as soluções. Deficiência do Ministro ou má-distribuição de pesos específicos no Governo? A resposta não é para ser exigida plenamente de um primeiro ano de administração. Mas, de uma forma ou de outra, suprimindo-nos com ela o Ministro ou o Chefe do Governo, ela é certamente a contrapartida irrecorrível da credibilidade recebida.

O ESPAÇO LIBERAL

O espaço político brasileiro está se alargando, por consequência da abertura. Até pouco tempo só havia lugar para um conservadorismo intransigente, pressionando o Executivo por dentro, e uma grande agitação renovadora por fora. Os defensores do equilíbrio, identificados com a proposta liberal de convivência criativa, tendiam a ser marginalizados. No máximo eram apenas tolerados.

Agora as circunstâncias começam a mudar.

Nos setores trabalhista e universitário elas são particularmente difíceis. Ali se acumularam antigos ressentimentos, descuidados e não só subestimados. A busca do modelo político, em contatos urgentes com o Legislativo, impediu uma paralela preparação com áreas consideradas prematuras.

Talvez a estratégia estivesse certa. De qualquer modo chegou a hora de corrigi-la, ajustando-a às novas realidades.

Na universidade os jovens se sucedem por ondas geracionais. Cada uma delas exige cuidados específicos.

O Ministro Eduardo Portella logo tratou de extinguir as leis de exceção que conseguiam, ao mesmo tempo, manter o silêncio e o ódio. As explosões vão perdendo seu impacto, à medida em que a resistência se torna seletiva. Foi reinaugurado o diálogo, "com resultados bastante significativos, num clima de compreensão e entendimento", segundo reconheceu o próprio Ministro da Educação.

Por mais difícil que seja, evita a confrontação. Encaminha um processo também didático de negociação. Lembrem-nos de que muitos dos atuais líderes nacionais se originam da política estudantil. Seu primeiro aprendizado político, no sentido de hábito de debate e transação, data dos tempos de universitários. Se a seqüência fosse quebrada, implicaria lançar uma geração, no que tinha de mais ativo, num extremismo talvez irreversível.

Inclusive a chamada assistência ao estudante principiou a perder o antigo sentido paternalista e a procurar "novas fórmulas de compreensão e convivência".

Quanto aos professores, o MEC lidava com um estamento defini-

do profissionalmente, muito atingido nos entrechoques anteriores à abertura. Tinha de haver um retorno dos punidos. Ele se processou sem traumas. O Ministro conhecia de perto a situação de muitos dos seus colegas. Podia, melhor que ninguém, confraternizar com eles, no espírito da abertura.

Agora voltam eles ao trabalho em plena normalidade, capazes de dar o testemunho vivo dos percalços sofridos. Podem tornar-se peça importante da nova compreensão da universidade.

"Lugar de brasileiro é no Brasil e de professor na sala de aula", disse o também professor Eduardo Portella, completando o pensamento presidencial a respeito.

Tudo isto transcorreu numa perspectiva de que "educação e cultura são entidades que só poderão se desenvolver e frutificar num clima de liberdade e democracia", nas suas próprias palavras.

Não seria de esperar outra orientação num ministro com um passado de intelectual militante, portanto vivido na polêmica e não só no diálogo. O novo espaço passou enfim a ser preenchido por quem de direito. A comunidade acadêmica começava a vislumbrar uma ponte não de mera convergência forçada e sim de divergência aceita, mais que admitida.

Estas conquistas poderiam parecer elitistas, se o Ministro Eduardo Portella não tentasse, apesar das dificuldades oriundas do combate à inflação, uma "ação efetiva de fortalecimento do ensino de primeiro e segundo graus, que teve seu grande desdobramento através de dois programas fundamentais, voltados para as periferias urbanas e as zonas rurais".

Tratava-se de outra inovação: o sentido social da educação, dentro das novas circunstâncias também econômicas do desenvolvimento do País.

Sem qualquer triunfalismo, é a contribuição do intelectual liberal à abertura. Os homens de pensamento podem igualmente ser objetivos e moderadores.

Um ano de Administração Eduardo Portella representa a prova disto.

PRÓ-MEMÓRIA

Pelo que se anuncia, a Fundação Nacional Pró-Memória vai ser algo de importância sem paralelo, no âmbito da política cultural brasileira. Disse-o o próprio Ministro da Educação: — "Provavelmente o mais radical de todos os atos praticados pela política cultural do Governo João Figueiredo". Pretende, ao que definem as palavras acima, situar-se como empreendimento oficial para lá de inédito ao longo de nossa história, tendendo para os extremos de uma atenção ou zelo nunca observados, por decidido e por inflexível nas suas determinações.

Através de sua criação, delibera-se levar a cabo restaurações e estímulos de que necessita o País no terreno do preito às artes e ao espírito, de modo decisivo, diferente de umas tantas empresas postas a funcionar durante os nossos quatrocentos anos e mais de meio século até agora vividos.

Está dito isso no pronunciamento feito por ocasião da sua apresentação ao Conselho Curador, reconhecendo que "tem muita coisa adormecida no País" a ser naturalmente conhecida e preservada pelos homens de cultura — os que amam e estudam a história e tudo quanto se refere à terra em que nasceram. A propósito, dirigindo-se aos responsáveis pelo novo órgão cultural do MEC, disse: "Eu acho que quem deve tocar alvorada para as coisas que estão adormecidas são os senhores".

Por demais interessantes e destacáveis são os trabalhos a que se propõe a Fundação Pró-Memória, além do desígnio de conscientizar as comunidades de sua própria ambiência cultural. Objetivos outros, mais diretos, estão delineados no rol de suas atribuições, quais sejam os de contribuir com inventário, conservação, proteção, restauração e revitalização dos bens de valor cultural e natural do País. E trabalhará tentando integrar a atuação de diferentes instituições que, de uma forma ou de outra, tenham algo a ver com os objetivos da fundação.

Mais que evidente, o órgão que se acaba de instalar pode preencher uma lacuna antiga, se é que não vai padecer dos mesmos males que acometeram, no curso de todas as suas atividades, outras entida-

Diário de Pernambuco, 25/3/80.

des de natureza similar ou idêntica: a ausência de recursos definidos e próprios indispensáveis à execução das metas a que se determinaram.

Na realidade, temos sido um país ou um povo muito mais sem memória do que de memória curta, malgrado iniciativas particulares, como institutos e sociedades outras de reconhecido papel na luta pela conservação do que fomos e temos do passado quer espiritual, quer material.

Deve-se esperar, por conseqüência, de entidades assim anunciadas sob tintas tão fortes quanto as que dão cor às palavras do Ministro Portella, que proceda e se realize à altura do que reclama a memória cultural do Brasil - memória de cuja importância tanta gente ilustre, em governos que nasceram mesmo com a Independência, descuidou ou descurou impunemente até os nossos dias.

A CRIANÇA É O OBJETIVO

Governar é, certamente, eleger prioridades - estabelecer objetivos a serem alcançados pela sociedade. Mobilizar recursos para alcançá-los — eis a tarefa da administração.

O convênio que acaba de ser firmado entre o Ministério da Educação e Cultura e o Governo do Distrito Federal, para a execução do Programa de Alimentação Escolar, traz a marca profunda da sensibilidade para com as motivações sócio-econômicas da população brasili-ense.

A rnet a de atendimento em 1980 é de 250 mil alunos, de pré-escola até a oitava série do 1º grau, envolvendo zonas urbanas e rurais, totalizando uma previsão de 45 milhões de refeições a serem distribuídas. Ao programa estão destinados 159 milhões de cruzeiros, dos quais 112 milhões representam a participação do MEC, 41 milhões o dispêndio do GDF e seis milhões a ação comunitária. com os recursos ora destinados, a Campanha Nacional de Alimentação Escolar, através de sua Coordenação Regional, a CNAE-DF, órgão executor do convênio, se instrumentaliza para acompanhar o crescimento da população estudantil.

Beneficiando principalmente crianças que vivem nas regiões menos favorecidas economicamente, o programa tem valor intrínseco. Suas repercussões nos campos da saúde e do desenvolvimento intelectual da criança são inegáveis. A médio prazo tem também o significado de reduzir a marginalidade de crianças e adolescentes, pois representa forte atrativo para a escola, nas comunidades carentes.

Norteiam as atividades da CNAE objetivos específicos, estabelecidos no II Pronan (Programa Nacional de Alimentação e Nutrição): melhoria das condições nutricionais e da capacidade de aprendizagem e conseqüentemente redução dos índices de absenteísmo, repetência e evasão escolar; aumento da resistência às doenças; aumento dos níveis e das condições de ingresso nas escolas através da proteção aos pré-escolares e melhoria dos hábitos alimentares dos escolares.

A assistência alimentar desenvolvida tem por objetivo atender, de forma supletiva, às necessidades nutricionais diárias do escolar, no to-

cante a proteínas, glucídios, lipídios, vitaminas, sais minerais e calorias, tomando-se por base as recomendações do Pronan.

Destaque-se que as proteínas, por sua íntima e irreversível participação no desenvolvimento do organismo, são indispensáveis à criança, na época própria. A carência protéica causa efeitos permanentes, com reflexos no biotipo e na inteligência, com danos irreparáveis para um organismo em formação.

Só este dado mostra a dimensão de futuro que tem o Programa de Alimentação Escolar.

Trabalho de mutirão, a execução do programa congrega professores, supervisores, orientadores e merendeiras, em ação conjunta entre a CNAE-DF e a Secretaria de Educação e Cultura, através da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Além dos objetivos especificamente nutricionais, tem o programa um sentido educativo amplo.

Os cuidados na preparação da merenda, o desenvolvimento de hábitos de higiene, o incentivo à participação comunitária, a integração com programas de saúde, a organização de hortas escolares são ações desenvolvidas em seu bojo e que convergem para a integração sadia do jovem em sua comunidade.

Calçada em padrões técnicos, a operação tem eficácia garantida quanto à consecução dos seus objetivos, embora mereça ampliação no tocante a componentes nutricionais oferecidos às populações mais carentes.

Os números falam, por si, da prioridade que o Governo confere à questão.

Mas, além dos números e da técnica, merece o aplauso do brasileiro o sentido profundamente humano da medida que, unindo os esforços executivos da SEC e da CNAE-DF, representa verdadeira missão de amor às nossas crianças.

ESPERANÇA DE SOLUÇÃO

Há, neste momento, uma expectativa de que o bom senso começa a predominar entre os estudantes grevistas da Universidade Católica de Pernambuco. Temia-se um impasse, de conseqüências imprevisíveis, da maneira como os dados estavam sendo lançados. Em face de tudo quanto foi divulgado, sentia-se que a direção da Universidade enfrentava uma crise real, de proporções esmagadoras, em face da retração inexplicável do apoio oficial. Não se apegava, assim, a um percentual de aumento de modo caprichoso, ou infundado; movia-se a luta pela sobrevivência, recorrendo ao único caminho que lhe ficara livre.

Do outro lado, era impossível não reconhecer os sacrifícios do alunado, pelo menos de parte substancial dele, composto de representantes de uma pobre classe média profundamente erodada pelo drama da inflação, o seu poder econômico tendendo ao aviltamento.

O problema transfere-se para Brasília, onde o Ministro Eduardo Portella deverá manter contacto com as partes, na próxima terça-feira. Evidentemente, o Ministro enfrenta as suas limitações financeiras, provocado por um panorama quase caótico do nosso ensino superior, *et pour cause...*

Valeria lembrar, entretanto, que o próprio Presidente da República, em francos e insistentes pronunciamentos, tem demonstrado suas preocupações com o Nordeste, procurando preservar-lhe um tratamento econômico compatível com o perfil peculiaríssimo da sua problemática. Está no ar a convicção de que o nosso sistema de ensino, mais uma vez, se aproxima, velozmente, de um ponto de estrangulamento, necessitando de uma urgente reavaliação das suas bases filosóficas e dos seus objetivos políticos.

Enquanto isso se retarda, ou não vem, há que se operar o sistema dentro do espaço definido pelas determinações legais e conforme as praxes inauguradas pela própria Revolução de Março. A presença do Estado aí se fez imperial, acelerando o crescimento estatístico da população universitária pelo uso de múltiplos instrumentos, desde o inefável vestibular classificatório até a multiplicação desordenada de

Diário de Pernambuco, 3/5/80.

centros de ensino superior, muitos deles desorbitados das realidades sociais e econômicas do País.

Espera-se do Ministro Portella a habitual sensibilidade, que nunca lhe falta, ao enfrentar esses desafios.

PROFISSÕES EM CRISE

O problema do desemprego universitário começa a tomar proporções preocupantes e até escandalosas se se levar em conta o grau médio de escolarização dos brasileiros. Um país que não é capaz de oferecer primeiro grau a todos pode dar-se ao luxo de ter médicos, engenheiros e arquitetos sem ocupação — ou sem trabalho condizente com a sua formação^o

O desafio leva o MEC a propor a reestruturação do sistema universitário para que não se continue a fabricar um "proletariado acadêmico", na expressão do Ministro Eduardo Portella. Essa reestruturação, entretanto, não pode ser demasiado restritiva, como acaba de reconhecer o Secretário de Ensino Superior do MEC, pois vivemos numa sociedade aberta. uma tal imposição — diz o professor Delia Senta — negaria a nossa condição de sociedade livre e aberta, resultaria num brutal intervencionismo do Estado na educação. Constituiria, por outro lado, medida de duvidoso efeito prático: as necessidades do mercado são extremamente variáveis, enquanto a educação é projeto que leva vários anos para executar o seu ciclo completo. O planejamento rígido, além de indesejável, poderia, portanto, resultar também em tentativa inepta de calcular o que não pode ser calculado com tanta antecedência.

O que é possível fazer — observa o representante do MEC — é reduzir, por exemplo, a disponibilidade de vagas em cursos decididamente mal-articulados-com a realidade social circundante, o que só beneficia a produtividade da rede universitária.

uma outra obrigação inadiável do MEC é proceder à cobrança de qualidade que evite uma das faces do desemprego universitário: a que é provocada pela incompetência dos formandos, totalmente incapazes de assumir o seu posto no mercado de trabalho.

Ainda outra medida, igualmente urgente, é dar início a uma ampla campanha de esclarecimento que ponha a nu a realidade do universo profissional de nível superior. Há carreiras que, por saturação, nada podem prometer profissionalmente; e é bom que saibam disto os postulantes.

Jornal do Brasil, 4/5/80.

DESEMPREGO, A HERANÇA DE UM SISTEMA

Em entrevista recente a este jornal, declarou o Ministro Eduardo Portella, a propósito do ensino superior, que o Brasil não se pode permitir "o luxo de fabricar conhecimento inútil". A expressão soou estranha num intelectual sabidamente afeito a valores outros que os de uma cultura de figurino tecnocrático ou econometrista - os valores, a saber, da funcionalidade, da rentabilidade e da operatividade apenas. Mas logo nos explicava o Ministro da Educação e Cultura seu pensamento: não se tratava de balizar o ensino superior pela demanda, o que terminaria num modelo fechado e num círculo vicioso de que se ausentaria, cada vez mais, o progresso do saber e do conhecimento; a preocupação era com a capacitação do diplomado nos níveis superiores de ensino ao cumprimento de suas responsabilidades sociais. E não há missão social que possa ser confiada ao desempregado, ao indivíduo sem inscrição no universo do trabalho. Eis por que, sem querer pautar-se exclusivamente pela demanda, não poderia deixar a universidade de prestar atenção continuada ao mercado de trabalho.

Resultado funesto dessa desatenção, que o Ministro então apenas insinuou, são os dados recentemente chegados do Ministério da Educação e Cultura (MEC), a evidenciarem a existência de um "proletariado acadêmico", fabricado no sistema universitário: os índices de profissionais desempregados, especialmente médicos e engenheiros, verificados nos grandes centros. O que, porém, desviou a atenção da consideração de problemas tão elementares como o da sobrevivência econômica, quando se decidiu a expansão da formação de profissionais de nível superior°

Porque há números que denunciam essa leviandade e inconsideração funestas, infelizmente pouco divulgados: num período de apenas seis anos, a partir de 1970, aumentaram em cerca de 900% as chamadas oportunidades de acesso aos níveis superiores de ensino, enquanto o ensino primário ou fundamental conhecia uma expansão de somente 110%. E qual a razão de tamanha desproporção, que faria um deslumbrado do ilusionismo estatístico imaginar ter havido no Brasil uma redução das taxas de natalidade a índices negativos°

A razão, infelizmente, não teve nada de estrutural, nem no que diz respeito à estrutura de distribuição das faixas etárias, nem no que tange à estrutura de nosso mercado de trabalho, nem mesmo na definição crescente de regiões geoeconômicas diferenciadas: abriam-se faculdades onde era mínimo e até nulo o atendimento à demanda de instrução em nível médio ou de 2º grau; multiplicaram-se institutos para alunos-turistas (domiciliados a dezenas ou centenas de quilômetros de distância) e com professores de aparição quase meteórica, alienando-se, portanto, por obra de uns e outros, tais institutos de seu ambiente natural; e apareceram as faculdades de comunicação sem órgãos de comunicação, as faculdades de Medicina sem hospital-escola, as faculdades de Ciências Agrárias em centros urbanos ou sua periferia, e as faculdades de Direito, de Letras, de Educação, não importa onde.

O importante foi fazer cessar o gargarejo dos estudantes que, no final da década de 60, saíam pelas ruas a gritar "mais verbas" e "mais vagas"; foi atender à maior capacidade gutural de universitários e a problema social real nenhum. E, para tanto, forçar a barreira do milhão de vagas, ultrapassada já em meados da década de 70. Curioso foi que nesse mesmo período se ouvia o lançamento da palavra de ordem e definição de critérios do Governo Federal, sob o refrão: "Educação é investimento". Investimento, naturalmente, político-opportunista. E sobre esse oportunismo político é que se moldou o conceito de oportunidade em educação, ora a redundar em ressentimento e escarmento: a oportunidade de *entrar* numa universidade, para nada encontrar lá dentro e para sair para a marginalização cá fora.

O que fazer agora? Sem controle sobre as transformações do mercado (de resto imprevisíveis e impalpáveis na atual conjuntura econômica) e sem poder aplicar medidas só cabíveis em sociedades fechadas e sob regime ditatorial, ao MEC só resta atenuar os efeitos dessa herança de esquizofrenia política: pode ter mais rigor na aprovação de novos cursos; apresentar mais exigências de qualidade no ensino e esclarecer os estudantes. Mas não pode ir muito além, como observa judiciosamente o Secretário de Ensino Superior, professor Tarcísio Della Senta.

Mas quem sabe se por aí não se poderá chegar a um novo quadro de referências para a universidade brasileira, em que o ensino superior, por ser realmente superior, será também seletivo e em que a qualificação valha mais que o diploma? Há esperança quando se vê sinceridade e coragem. E pelo menos isso vem o MEC atualmente irradiando.

IMAGEM

"O edifício da educação brasileira está minado por baixo", disse o Ministro Eduardo Portella a propósito da decadência do nível de ensino no País.

O Ministro está certo. Contudo, charriar de edifício o que existe hoje em matéria de educação no Brasil já representa uma generosa concessão.

A realidade parece mais próxima do pardieiro.

REORIENTAÇÃO

O Ministro Portella se encontra na busca da qualidade perdida na universidade brasileira. Quer corrigir desvios em meio aos inumeráveis descaminhos por que vai passando o ensino no País, salientando ou destacando, por sinal, o que ocorre com o ensino massificado, que se tornou um "fantasma invencível" na educação que entre nós se processa desde algum tempo.

Entendendo por reorientação dos nossos cursos superiores uma nova formulação dos currículos, um maior grau de regionalização e entrosamento com a comunidade por parte da universidade e maior conscientização dos estudantes a respeito das carreiras que pretendem seguir ante as perspectivas de trabalho que lhes são oferecidas ao final do curso, na realidade o Exmo. Sr. Ministro da Educação procura um bom caminho.

Está entrando "pelos olhos da cara", como se costuma dizer, essa pungente verdade de que estão sendo diplomados universitários aos montes, sem a contrapartida de uma oferta de trabalho ao menos condizente ou respeitante a 50% dos indivíduos que se formam anualmente.

Esse, positivamente, um problema que requer urgência para o caso de uma reorientação como a que pretende o titular da Educação. Mas há outra questão no fundo relacionada com o acima mencionado problema, tão grave quanto o que se caracteriza por uma massa de doutores desocupados e sem rumos após a colocação dos graus. É a do despreparo comuníssimo, em grande parte dos que emergem das universidades com o canudo à mão.

Em determinados cursos de carreiras superiores, ou não mais se está ensinando, ou não mais se dispõem a aprender os estudantes. A cada ano que passa é maior o número de formados recém-saídos das universidades, mas também não é menor o volume dos que delas emergem simplesmente mais velhos, desprovidos até mesmo do verniz que antigamente se atribuía à vida acadêmica.

Centenas de alunos se tornaram alunos apenas nominalmente. Porque como estudantes poucos se afirmam na freqüência das aulas.

Diário de Pernambuco, 11/5/80.

De uma certa maneira abandonaram os livros, os compêndios, sendo muito raros aqueles que se deram ao requinte de adquirir um mínimo de obras relativas à especialidade em que se presume vão "formar-se". Quem quiser, ou duvidar, que investigue sobre tal aspecto. São pouquíssimos aqueles estudantes que abrem livros em casa, ou nas bibliotecas. No entanto, passam todos os anos, incólumes, a caminho da falta de perspectivas de trabalho de que vai cuidar o Ministro da Educação.

Está absolutamente certa a reorientação buscada pela autoridade ministerial para ensino sob o detalhe referido. Mas é preciso também que outra reorientação se proceda. Essa, no sentido de mais amplamente vocacionar as carreiras e mais produtivamente estimular o ensino direto, através do estudo, pesquisas ou consultas aos livros, que isso até parece que caiu da moda no seio da maioria dos estudantes brasileiros.

PATRIMONIO VIVO

Os documentos da Inconfidência Mineira recém-leiloados pela Sotheby's de Londres dramatizaram, em boa hora, e mais uma vez, o tema do destino a ser dado e do apoio a ser prestado às nossas antigüidades históricas.

comovido com a importância do lote, o Governo brasileiro fêz-se representar, em Londres, pelo diretor do Patrimônio Histórico Nacional, que arrematou o precioso papelório. A disposição do Governo é certamente louvável, restando agora decidir a quem caberá a guarda definitiva do acervo.

Iniciativas desta natureza, entretanto, deixam perfeitamente intacto o problema do Patrimônio. Pois é evidente que ainda dispendo de recursos infinitamente superiores aos de hoje, as autoridades federais, estaduais e municipais não poderiam encaminhar satisfatoriamente a proteção do nosso passado simplesmente encampando esta causa.

Pelo imobilismo da nossa legislação e pela falta de imaginação geral, a causa do Patrimônio está a ponto de converter-se, com efeito, numa causa antipática, num estorvo, numa assombração. Donos de imóveis, temerosos do *tombamento*, apressam o trabalho do tempo e levam ao chão verdadeiras relíquias históricas, porque não há incentivo algum à conservação e ao bom uso desses monumentos.

Os imóveis tombados, por sua vez, entram em existência agônica, pois é óbvio que não há dinheiro suficiente para a sua conservação a contento. Da mesma forma, apodrecem em arquivos documentos quase tão preciosos quanto os agora arrematados em Londres; à parte o que tem interesse específico para os antiquários, por que haveria alguém de interessar-se por um esforço de salvamento do passado que nenhuma recompensa traria?

O imobilismo é tanto mais patente quanto dorme nas gavetas de alguma comissão parlamentar, deste 1975, projeto do atual Senador José Sarney tratando precisamente de uma política de incentivos fiscais destinada a promover a cultura nacional no que ela tem de essencial ou precíval. O projeto estabelece deduções no Imposto de

Jornal do Brasil, 12/5/80.

Renda, evidentemente limitadas em seu total, a investimentos comprovadamente dirigidos à compra de obras de arte, à recuperação de prédios e logradouros públicos de interesse para o patrimônio artístico e cultural da Nação, e a diversas outras formas de incentivo cultural.

O projeto, na forma concisa em que está vertido, é o que se pode desejar como ponto de partida para uma política de valorização dos nossos bens culturais. Foge à toda originalidade com relação ao que já foi e continua a ser feito nos centros mais adiantados, onde se sabe que nenhum patrimônio subsistirá se toda a comunidade nacional não for levada a interessar-se por ele. O Patrimônio Histórico, numa política séria e ágil, não se pode converter num imenso aparato burocrático a proteger com as suas asas relíquias em decomposição. Pede-se uma cultura viva, mesmo em relação ao passado, pois o passado que merece ser conservado é exatamente o que continua a viver, a emitir radiações de cultura e civilização. A mentalidade de museu sufoca essa irradiação.

O SABER E O CONDICIONAR-SE

O vestibular não é tudo no acúmulo de desatinos políticos que foi a matriz da crise a nos contaminar agora todo um sistema de ensino superior. Mas porque fizeram dele o marco privilegiado de todo o histórico escolar de nossos jovens, uma espécie de ruptura decisiva na continuidade do processo educacional com tons de ritual de iniciação, veio ele fatalmente a concentrar as distorções e deteriorações que se verificam dos dois lados — do lado da universidade, como do lado do ensino de 2º grau — e a refletir as misérias de nossa cultura.

Ano após ano, o estudo crítico de seus resultados vem mostrando o acentuado de uma curva descendente na qualificação média dos candidatos, fazendo temer não estar muito distante o dia em que os créditos para a aprovação se exprimirão com sinal trocado de mais para menos: os menos ruins terão acesso à universidade. Mas haverá o aluno ruim ou bom com um sistema de aferição tão falho tecnicamente e tão viciado pedagogicamente°

Do sistema atual de "vestibulares de cruzinhas" não há muito mais o que dizer do ponto de vista técnico; só resta acrescentar a heresia pedagógica que ele encerra: quantificou-se até a exarcebação o sistema atual de aferição de conhecimentos, porque também o aluno deixou de ser pessoa, deixou de ter um histórico, deixou de ser uma consciência e inteligência em processo durante 11, 12 ou mais anos, para ser apequenado, às portas da universidade, numa unidade a mais, num indivíduo de uma série — ou, nas cartelas de que se alimentam os computadores, as novéis superbancas examinadoras, um furo, um buraco existencial. E, porque o vestibular em si já se constituiria numa inversão — por ele, não é o aluno que se qualifica para o ensino superior, é a universidade que qualifica ou desqualifica o aluno —, vazado ainda num tal sistema, fecha-se o círculo vicioso: o estudante vive o 2º grau, e quiçá o 1º, em função do momento sagrado dos vestibulares, os quais, por seu turno, não sabem distinguir entre o formado e o amestrado; entre o estudante e um animal racional forçado a condicionar-se a *macetes*, entre o que galgou as etapas de acesso ao nível superior de ensino e o que ali chegou graças a uma conjunção

O Estado de S. Paulo, 16/5/80.

afortunada de acertos ocasionais, como os que perfazem os 13 pontos da Loteria Esportiva.

A imagem da Loteria Esportiva é do professor Eduardo Portella, o Ministro que agora se dispõe a atacar com paciência, mas com denodo, o problema: a paciência necessária em quem se dispõe a afastar soluções de facilidade, como são as perguntas de múltipla escolha, em benefício de outras soluções, soluções de verdade; e denodo, por ser essa qualidade uma das virtudes básicas exigidas para se tirar o Ministério da Educação e Cultura da condição quase imemorial em que se instalou — de Ministério da Conservação e do *Status Quo*, de Ministério da Apatia e do Conformismo, de Ministério da Letargia e da Hibernação.

Muitos interesses estará contrariando o Ministro Eduardo Portella ao prescrever, na portaria anunciada há três dias, a obrigatoriedade da redação nas provas de Língua Portuguesa: ao contrário de certo circuito poderoso de comercialização da entrada para a universidade, espalhado por todo o País, ou de um outro grupo bem insinuado nas esferas governamentais, que concebeu a universidade à maneira das manufaturas dos primórdios da Revolução Industrial (é sempre mais cômodo e fácil parar na produção de mão-de-obra, sem subir às inteligências, ou à **mentefatura** de que nos falou Ortega y Gasset), o compromisso do Ministro Eduardo Portella é com o pensamento, com o conhecimento. E só pensando lhe parece poder o aluno credenciar-se à universidade. Esta, diz o Ministro, "ou é o lugar do saber ou não é". E o saber é a forma requintada do conhecer: conhecer apreciando, criticando, ou, metaforicamente, saboreando.

O NOVO VESTIBULAR

O Ministro da Educação e Cultura, professor Eduardo Portella, divulgará hoje, às 11h30m, a nova portaria do vestibular, que, segundo informações já liberadas pelo seu Gabinete, introduz, como principais alterações nos exames, elevação da nota mínima para aprovação, introdução de questões discursivas e exigência de maior número de leituras para as provas de Português e Literatura.

Segundo as informações já conhecidas, as modificações, que não são consideradas radicais pelo Ministério da Educação, têm, como principal objetivo, tentar solucionar, pelo menos parcialmente, o problema qualitativo do vestibular, que foi este ano qualificado como "o retrato da falência do ensino brasileiro" segundo expressão do próprio professor Eduardo Portella.

Acrescentam as mesmas informações que as alterações a serem hoje apresentadas não são, ainda, as mais profundas que o Ministério da Educação e Cultura pretende introduzir no sistema. Segundo o desejo do Ministro, modificações mais radicais aparecerão à medida que o ensino de primeiro e segundo graus for se consolidando.

O assunto, pela sua importância e significado no processo do ensino brasileiro, não pode ser antecipadamente analisado, ao menos num sentido de se fixar posições e antecipar críticas ao que agora o Ministro da Educação e Cultura está propondo. Cumprirá primeiramente conhecer-se em toda a extensão as alterações que serão propostas. A partir desse conhecimento, ter-se-á uma visão mais abrangente do quadro, possibilitando-se assim a análise mais aprofundada.

De antemão, todavia, a posição do MEC já merece ser elogiada, pois, pelo menos, revela uma preocupação que há tempos já domina alta faixa de alguns dos maiores conhecedores do ensino brasileiro. Ademais, há a se considerar o quadro difícil em que se insere hoje a formação universitária no Brasil, exatamente pela ocupação dos bancos das universidades por estudantes que não lograram encontrar uma sólida estrutura de ensino nas faixas dos primeiros e segundos graus. Não se terá a melhor solução apenas com essas inovações a serem introduzidas no exame vestibular. Mas elas servirão ao menos para difi-

O Popular, 16/5/80.

cuitar o acesso de estudantes de menor preparo, levando assim à contemplação apenas dos mais preparados. E a adequação dos ensinos inferiores haverá que vir paulatinamente, conforme, aliás, sugere essa nova proposta do MEC.

FRAUDES NO ENSINO

A tevê e os jornais estão denunciando, com pormenores estarrecedores, o escândalo da venda de vagas, em universidades, e diplomas, no supletivo, além de fraudes, nos vestibulares. Operam no vultoso negócio, no Rio e São Paulo, quadrilhas muito bem organizadas.

Corre tanto dinheiro, nos meandros da sujeira pedagógica, envolvendo tantos setores na máquina do ensino, que a documentada revelação dos fatos exige enérgicas providências imediatas por parte das autoridades responsáveis, sob pena de se ver seriamente comprometida a fé nos diplomas hoje expedidos e ficar em cautelosa suspeição a totalidade dos estabelecimentos de ensino. Aqueles que atuam com lisura, felizmente a maioria, devem ser os primeiros em reclamar as mais rigorosas providências moralizadoras. Aliás, falso médico exercia em São Paulo a respeitável profissão, munido de diploma adquirido em 1967 da Faculdade de Ciências Médicas do Rio, até ser preso na última quarta-feira.

A polícia e o MEC não estão alheios aos acontecimentos; mas é de esperar que, de agora em diante, recrudescça a vigilância punitiva e não se adiem as providências administrativas, destinadas a prevenir e a corrigir. Vivamente impressionado, mantém-se o público atento, para verificar se vai dar resultado a intervenção da imprensa.

Inesquecíveis a presença e as declarações daquele rapaz, uma das vítimas: "Tentei três vezes o vestibular e fracassei; transei na compra de vagas e transferências, usei de macetes para acertar nas provas dos vestibulares, aproveitando o auxílio dos que conheciam o gabarito. Gastei o burro do dinheiro, andei para baixo e para cima. Vejo agora que me estão embrulhando". "Que vai fazer?" pergunta o repórter. — "O jeito é arranjar um emprego". Então quer dizer que a única alternativa é: ou conseguir um diploma rapidamente, ainda que seja comprado, ou resignar-se a trabalhar. como lá dizem, é o fim da picada!

A situação resulta de se atribuir maior importância ao diploma que ao desempenho, reconhece o próprio Ministro da Educação e Cultura. "A reforma urgente — acrescenta — está no predomínio da competência sobre a titulação"

Estado de Minas, 16/5/80.

Virão, em breve, as alterações no sistema dos vestibulares, há tanto reclamadas. Mas "não basta" — insiste mais uma vez o Ministro, e com razão. — O desarranjo do ensino é mesmo geral. começa pela base, vai-se agravando até a cúpula. Sabe o Prof. Portella que, para realizar o que se espera da sua vivência no magistério, tem de "sensibilizar para o problema os demais setores do Governo". E não deixa de ser lamentável que, como se representasse pouco essa luta contra injunções e incompreensões, ainda seja forçoso enfrentar a desmoralização agravada pelas defraudações escandalosas.

A QUEDA DO ENSINO

Divulgou-se, em dias da semana que finda, o que acontece de tristemente compungente com o ensino superior no Brasil. Dessa forma o País tomou conhecimento de como muita gente vem se diplomando, ganhando graus de bacharel e de doutor, de alguns anos para cá. Os expedientes para isso são os mais comprometedores da dignidade da educação de uma *nação* como a nossa, perto dos seus cento e vinte milhões de habitantes e quase quinhentos anos de existência histórica moderna.

Métodos ou manobras, as mais sórdidas, comprovaram-se utilizados por verdadeiras máfias de vigaristas e falsificadores, envolvidas na concessão criminosa de certificados de ensino; e em universidades muitas vezes situadas em cidades distintas, como o Rio e Niterói.

Através de processos soezes, refletidores do conceito baixíssimo que possui do curso universitário, certa parte da comunidade brasileira acredita que, seja de que forma for, o importante é adquirir-se um canudo de diplomação superior — embora sem pegar nos livros. Para esse tipo, não importa a freqüência, qualquer forma de aula ou curso. Vale tudo, mesmo por caminhos condenáveis como os do "fácilitário" instituído pela ausência de escrúpulos de indivíduos com trânsito livre no cerne de algumas administrações de escolas superiores.

E se ficou sabendo com que disparatado cinismo se negocia e transige, em determinadas áreas da universidade brasileira, com títulos de formatura, mesmo em Medicina. Até por telefone se tornou possível conquistar a láurea universitária. Mediante, simplesmente, importâncias de 20 mil cruzeiros e o "trabalho" desenvolvido no interior das escolas junto aos mapas e papelórios considerados indispensáveis ao reconhecimento ou legalização dos diplomas.

Depois, provou-se como transformaram-se em coisa facilmente manejável as aprovações vestibulares com a utilização de sistemas de cola, ou transmissão de respostas às chamadas perguntas alternativas, o mais curiosamente eficaz* e prático para o gênero de imoralidade dominante em apontadas áreas do estudo universitário nacional.

Finalmente, do que se chegou a entender quanto às falcatruas de

Diário de Pernambuco, 18/5/80.

que tem sido vítima o ensino brasileiro, há de se concluir que está a caminho da total desmoralização a educação superior do Brasil, É por isso que ser bacharel, ou doutor, já não significa grande coisa entre nós. O diploma, o canudo de formatura, a boria e o capelo, de uma certa forma, já não asseguram importância ou relevo, pelo menos em matéria de conhecimentos acumulados em cursos tradicionais do ensino. Porque estão sobrando bacharéis que nunca abriram livros e técnicos que nunca freqüentaram salas de aulas de qualquer natureza.

Está o Ministro da Educação ciente de tudo isso. Ele mesmo já teve oportunidade de reconhecer o que há de trágico na crise universitária que atravessamos. Cabe-lhe aproveitar tal reconhecimento para mudar o rumo do processo. Do jeito que está não pode continuar.

SERIEDADE IMPRESCINDÍVEL

O Ministério da Educação e Cultura acaba de assumir uma postura nova com relação às formas de seleção dos candidatos para ingresso nos cursos superiores do País, mandando reformular os critérios de aferição de conhecimentos nas provas dos vestibulares.

O caráter lotérico da múltipla escolha vai ser suficientemente dosado, com as exigências a serem feitas em relação aos exames futuros, segundo as quais sejam permitidas avaliações com um mínimo de desempenho acima do acerto casual. Para tais casos o rendimento será superior a 20% numa prova que contenha questões de múltipla escolha com cinco alternativas de resposta.

Também o idioma nacional, como forma de expressão da cultura brasileira, será aferido obrigatoriamente através de provas ou questões de redação em língua portuguesa.

Outro aspecto inovador diz respeito à introdução de questões ligadas aos problemas regionais, com vistas à identificação da cultura do vestibulando com os assuntos que dizem respeito ao espaço geográfico onde ele está contido e sobre cuja realidade o seu conhecimento deve ser mais abrangente e mais aprofundado.

Embora ainda tímidas as providências do MEC com relação à melhoria dos padrões didáticos e pedagógicos dos exames de seleção para a vida universitária, elas devem ser recebidas como parte inicial de um procedimento mais universal sobre o assunto, significando por outro lado que existe inconformismo de parte das autoridades educacionais para as práticas até aqui adotadas para aferir conhecimento que habilite satisfatoriamente um estudante que completou a sua formação secundária para cursar as bancas da universidade.

Não são poucas e nem confortáveis as críticas sobre a eficiência do sistema educacional, em todos os seus níveis. Principalmente o despreparo generalizado dos estudantes que completam o curso superior, desapoiados de uma formação efetiva de grau universitário, facilmente comprovado na pobreza intelectual de um número crescente de profissionais liberais, quer a nível específico da profissão escolhida, quer em termos de cultura geral.

Correio Braziliense, 18/5/80.

A culpa não é individual e sim do sistema desenvolvido para formar o médico, o engenheiro, o químico, o odontólogo, o veterinário, o professor, enfim, toda a gama de gente que as universidades entregam, todos os anos, ao mercado de trabalho. Instalações insuficientes, material didático inexistente, professores mal remunerados, currículos impropriamente estruturados, enfim, um rosário de causas eficientes que se instalaram ao longo de um processo gradual de deterioração, oriundo dos excessos de contingentes escolares e de uma seleção que deixa muito a desejar, principalmente em razão de sua tônica aleatória que vem da múltipla escolha.

Bastam as referências ao verdadeiro anedotário levantado nas provas dos exames vestibulares para colher na amostragem dos absurdos a qualidade cultural da grande maioria dos que se submetem aos testes de seleção.

As providências do Ministério da Educação estão orientadas para encaminhar e solucionar um problema que efetivamente deverá ser superado, desde que estão em jogo valores inalienáveis de uma nação, ligados ao grau de conhecimento e de informação daqueles que são preparados para assumir os postos de liderança, no comando de nossa sociedade.

Urge aprofundar o cerco em torno do esoterismo que os exames vestibulares estão criando entre nós, orientando a formação de estudante-candidato ao vestibular apenas em função das chamadas "dicas" e "macetes" para vencer pela filáucia os azares da múltipla escolha, marcando o seu acultramento pelo figurino de um malabarista e não pelo processo cumulativo do conhecimento racionalmente transmitido por uma didática que transfira saber para educar e não para empulhar pela metodologia do acerto casual.

NOVA ORDEM, NOVO ENSINO

Está definida a nova orientação do Ministério da Educação e Cultura para os exames vestibulares do sistema federal de ensino. Dentre tantas outras inovações importantes, salta aquela de valor im-pactual mais expressivo, a remoção do aleatório na solução das questões propostas. O chamado "chute", responsável muitas vezes pela condução de um estágio a outro do ensino de muitos estudantes, ver-se-á agora eliminado desse concurso de conhecimentos, que é para mostrar preparo para o ensino superior e também para classificar dentre muitos os melhores. Não se concebe, portanto, o aleatório como componente de um sistema destinado a qualificar e também a classificar.

Dir-se-á agora que o Ministério da Educação e Cultura fez o mais urgente, que é a emissão de novas normas reguladoras do concurso vestibular no sistema federal de ensino. O rigor, o critério e o racional emergem na nova sistemática, ocupando o lugar há tanto tempo ocupado pelo aleatório, um dado de resto neutralizante do sentido com que se deve conceber um concurso de classificação, ou seja, a clara e insofismável demonstração de conhecimento e capacidade. Não se adota, entretanto, providência dessa ordem sem se atentar para a importância do melhor preparo dos estudantes. Vai se exigir mais deles, mas para isso é preciso oferecer-se mais a eles.

Entra aí, por certo, a parte mais importante da questão, que é uma nova dedicação em função de um ensino inteiramente renovado. Às novas normas para o vestibular devem corresponder novos critérios no ensino secundário, de sorte a implementar as escolas para a formação adequada - e que terá exatamente no vestibular o melhor teste. Às novas normas para ingresso no ensino superior deverá, em síntese, corresponder um novo ensino na base, para o adequado preparo das novas gerações que se formam na busca de suas oportunidades.

Anistiando 185 servidores ligados ao MEC e às universidades, o Ministro Eduardo Portella desenvolve na sua área própria os temas orquestrados pela *abertura* política, que se beneficia com cada um desses prolongamentos.

Os beneficiados no caso, de fato, serão menos os que estão citados nominalmente na portaria — que depois de tantos anos de ostracismo já terão orientado suas vidas independente da função pública — do que o próprio ambiente intelectual brasileiro, sufocado durante esses anos por uma visão estreita e obscurantista do fato intelectual.

Em 1964 e nos anos que se seguiram, houve a preocupação de *expurgar* do nosso meio as correntes intelectuais consideradas *perniciosas*. Ao mesmo tempo, o Governo embarcou num ambicioso — e até mesmo temerário, para não dizer irresponsável — projeto de ampliação dos estudos superiores no Brasil que culminou, no final da década, com a Reforma Universitária.

Criou-se, então, uma situação cuja artificialidade é a marca registrada de toda abordagem *autoritária* do problema cultural: o expurgo tinha de ser feito com base no critério *ideológico*, e não no da competência profissional. Ao mesmo tempo em que se ampliava, vertiginosamente, o vulto material dos nossos quadros universitários, diminuía, por eliminação dos *suspeitos*, a quantidade de quadros capazes de dar às novas universidades um nível mínimo de substância intelectual.

A vida cultural, entretanto, é infensa a esses tratamentos de choque: vive do intercâmbio, da emulação, do próprio confronto de idéias. Eliminados os *suspeitos*, mesmo os que eram considerados *confiáveis* viam-se condenados ao vácuo e à acomodação. Por outro lado, a eliminação por critérios ideológicos é sabidamente processo altamente subjetivo, onde pode infiltrar-se com facilidade o interesse pessoal, a eterna inveja dos medíocres em relação ao talento.

Assim esvaziada de substância, a universidade brasileira tornou-se presa fácil do que muitas vezes, mais do que discordância, passava a ser ressentimento do meio intelectual frente ao tratamento iníquo

que recebera. As idéias consideradas *ortodoxas* tornaram-se de impossível defesa — pois quem quisesse defendê-las não tinha clima para isso, nem interlocutor: falava apenas para um silêncio reprovador.

A reintegração progressiva de pessoas até então postas à margem é a maneira correta de derrubar a quarentena invisível em que se colocou o fato cultural. Esse processo de *restauração* cultural pode ser comparado com imensa vantagem, no plano continental, à bizarra atitude adotada por um regime como o cubano, onde a uma oposição que finalmente ousa manifestar-se só se oferece a opção entre a partida e a execração pública.

REFORMA DO VESTIBULAR

Estão definidas as diretrizes que orientarão o vestibular de 1981, nas instituições federais e particulares que compõem o sistema federal de ensino, na portaria assinada pelo Ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portella, objetivando criar condições para o aperfeiçoamento da sistemática a ser seguida.

como era esperado, a novidade primeira da portaria está na instituição de elementos, quer na composição das provas, quer nos critérios de avaliação e julgamento, que permitam reduzir — já que eliminar é impossível, ao menos de súbito — o caráter aleatório dos exames, pelo próprio Ministro, definidos como "lotéricos".

para conseguir esse objetivo, as questões de múltipla escolha, que chegaram a compor o sistema único dos vestibulares, sofrerão modificações de natureza quantitativa e qualitativa. Assim, haverá diminuição de número dessas questões, e o espaço vazio deixado por elas será preenchido por questões de caráter discursivo, dando-se ênfase crescente à valorização do idioma nacional, cujo razoável conhecimento é considerado indispensável ao prosseguimento de estudos em nível superior. Qualitativamente, as sobreviventes questões de múltipla escolha serão elaboradas de modo que se torne difícil o acerto casual, episódico, lotérico, segundo a expressão ministerial.

De plano, a nova regulamentação do vestibular responde a uma reivindicação que vem sendo, insistentemente, levantada não só pelos educadores, mas pela própria opinião leiga nacional: a da necessidade de arquivar-se um sistema que não só deixava o ingresso nas universidades ao sabor da sorte, como abria um grande leque de possibilidades para a prática de um sem-número de fraudes, como fartamente têm sido demonstradas pelos órgãos de divulgação.

Não ficam nisso, todavia, os méritos da portaria assinada pelo Ministro da Educação e Cultura. Outras inovações são merecedoras de aplausos, como a da organização do vestibular por áreas de conhecimento, em substituição ao vestibular genérico, desconhecedor, e mesmo contrário a ele, do princípio do respeito às vocações. E igualmente louvável o esforço no sentido de obter-se a regionalização do

A Tarde, 19/5/80.

vestibular, levando-se em conta que "o País tem uma estrutura social e cultural heterogênea", como acentuou o Ministro Eduardo Portella.

Finalmente, é de louvar-se o reconhecimento expresso de que o novo elenco de medidas não se propõe a ter um efeito terapêutico sobre todos os males que adoecem o sistema educacional brasileiro, é modesta e corretamente entendido, em parte, como elemento avaliado das realidades educacionais, em parte, como instrumento capaz de exercer influências benéficas nos graus médio e superior, para o que o MEC recomenda a institucionalização da pesquisa sobre o vestibular.

O estabelecimento de novas regras para o concurso que possibilita o acesso ao grau superior de ensino foi feito com antecedência suficiente para que as instituições federais e particulares assimilem as novas fórmulas e possam aplicá-las, convenientemente, em janeiro, precisamente, às 8 horas do dia 4, para as primeiras, e até 30 dias mais tarde, para as segundas.

O mesmo, no entanto, não deverá ocorrer no que se refere aos candidatos, os quais, nos sete meses e meio que os separam das provas, não terão condições de adquirir o cabedal de conhecimentos que lhes passa a ser exigido, que não terão, principalmente, possibilidades de substituir o cômodo processo do traçado das cruzinhas pelo que passa a exigir o esforço do raciocínio sobre as questões apresentadas.

É certo que os chamados "cursinhos", já a esta altura, anunciam que começam a operar mudanças em seus currículos, com o objetivo de torná-los adequados à nova orientação do MEC. Mas é evidente que não será em poucos meses que se poderá corrigir uma distorção que vem do início da aprendizagem, preencher uma lacuna que se abriu no momento da alfabetização e que um equivocado sistema educacional se incumbiu de alargar e aprofundar.

Não é difícil prever que uma atitude ortodoxa por parte dos elaboradores dos programas e questões, no próximo vestibular, equivalerá a atribuir-lhe um caráter de calamidade, tão alto deverá ser o número de inabilitados que ele fatalmente apresentará. Supõe-se, então, que será adotada uma política mais flexível, a princípio, para ir sendo tornada progressivamente rigorosa.

Enquanto isto, urge que os demais segmentos do ensino sejam reformulados, desde o 1º grau, que sejam efetivamente criadas condições profissionalizantes para o ensino do 2º grau — providência indispensável para o desingurgitamento das universidades — e que o ensino superior, devidamente amparado de recursos e provido de técnica, possa readquirir o caráter seletivo — culturalmente falando — que lhe é próprio.

Se a reforma do vestibular for o primeiro passo para o alcance desses objetivos, será muitas vezes bendita.

O MEC evitou modificações radicais na recente portaria sobre o vestibular. Tanto melhor. Os alunos, desde o curso primário, são preparados para o perde-ganha dos quadrinhos, de modo que a transformação necessária há de ser mesmo gradativa.

Faz parte dela o propósito de ir suprimindo a livre escolha, cujo emprego exclusivo tanto comprometeu a credibilidade dos exames. O "acerto casual" tornou-se tão freqüente que alunos do 2º grau, submetidos às provas apenas para "treinar", conseguiam maior número de pontos que outros com o curso e o cursinho terminados e, muitas vezes, saíam "aprovados". Já as provas discursivas convocam ao raciocínio e à capacidade para adequada expressão, muito mais importantes em qualquer carreira que a sorte ou a memorização de minúcias, em perguntas de algibeira.

Estão fartos de saber tudo isso os professores do 2º grau. Também nunca deixaram de fazer restrições às questões exigidas, já pela extrema dificuldade, já pela sibilina formulação. Tomarem agora parte na elaboração das provas constitui novidade que certamente vai contribuir para as tornar mais exequíveis e em melhor correspondência com a realidade.

Através desse caminho, podem os exames ficar mais fáceis. Até certo ponto. O equilíbrio vai ser encontrado pela exigência de mais alta porcentagem no limite do mínimo tolerável para aprovação.

Outro aperfeiçoamento, que o Ministro também salientou, é o maior rigor quanto à língua portuguesa. A redação obrigatória alcança agora peso igual ou superior ao das outras provas. Muito bem. Nem falta, entre os professores, quem cifraria a exigência no referente ao bom uso do vernáculo na comprovação da capacidade para redigir. É o que se quer, em última análise, como aplicação eficiente dos conhecimentos de gramática. Só que esses desapareceriam totalmente das aulas de português, da mesma forma que a bem inspirada obrigatoriedade da redação lhe garante a presença, assim forçosamente recuperada.

Encerra dupla significação educativa a recomendação de levar em

conta aspectos locais da realidade, particularmente em geografia. Tal critério evita perguntas de pura erudição, sem descambar no exagero de fugir às de cunho geral, verdadeiramente fundamentais, na aferição dos conhecimentos, e valoriza a cultura geral, em proveito da autenticidade a que se visa, na formação do brasileiro.

Pode se verificar agora se as alterações alcançam os resultados que se esperam. A institucionalização de pesquisas com base nas provas prestadas vale também como indicadores eloqüentes dos pontos fracos e fortes no ensino do primeiro e do segundo graus. O desempenho orienta a própria maneira como se devem ministrar determinadas noções.

com isso não se quer afirmar sejam necessários tais indicadores indiretos, para evidenciar as notórias deficiências do ensino brasileiro. Dele afirma o saudoso escritor Osman Lins, que está fazendo muita falta: "O ensino no Brasil é péssimo no 1º grau, horroroso no 2º e catastrófico no superior". para verificar que não há exagero nessa apreciação, basta considerar o despreparo do aluno de curso primário que ingressa na fase ginasial. Em vez de sofrer a benéfica influência pedagógica do curso elementar, sobre ele atua desastrosamente, pela uniformização dos métodos e processos, nos dois graus fundamentais. Claro que tudo isso repercute, direta ou indiretamente, sobre o ensino universitário.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)